



Câmara Municipal de Petrópolis

Uma História em Construção

Dos Tempos Imperiais à Democracia Representativa



Capítulo 1: A Criação da Cidade de Petrópolis e a Instalação da Câmara

Este é o primeiro capítulo do livro sobre a história da Câmara Municipal de Petrópolis. Uma narrativa que começa com a chegada de D. Pedro I à região serrana do Rio de Janeiro e culmina na instalação da primeira Câmara Municipal da cidade, em 17 de junho de 1859.



A Criação de Petrópolis

Em 1822, D. Pedro I, a caminho de Minas Gerais, ficou hospedado na fazenda do Padre Correia e gostou bastante da região. Pensou em adquirir a propriedade, porém o padre não tinha interesse em vender a fazenda. D. Pedro I comprou, então, a propriedade vizinha chamada **Fazenda do Córrego Seco**.

Em **16 de março de 1843**, D. Pedro II assinou o decreto imperial que determinava o assentamento de um povoado, incluindo a construção de um palácio de verão, que ficou pronto em 1847.

Imagem 1. D. Pedro I ([Fonte da Imagem](#))



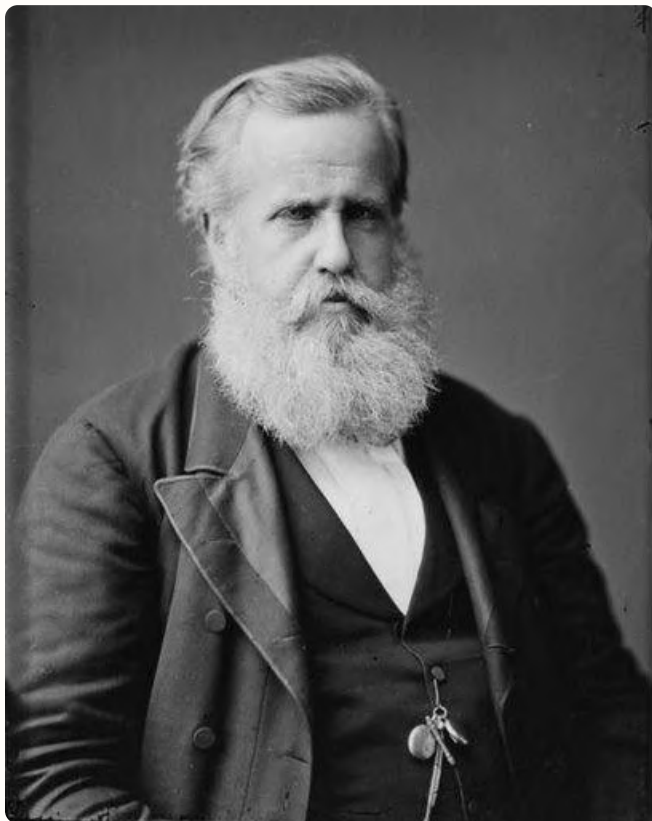


Imagem 2. D. Pedro II [\(Fonte da Imagem\)](#).



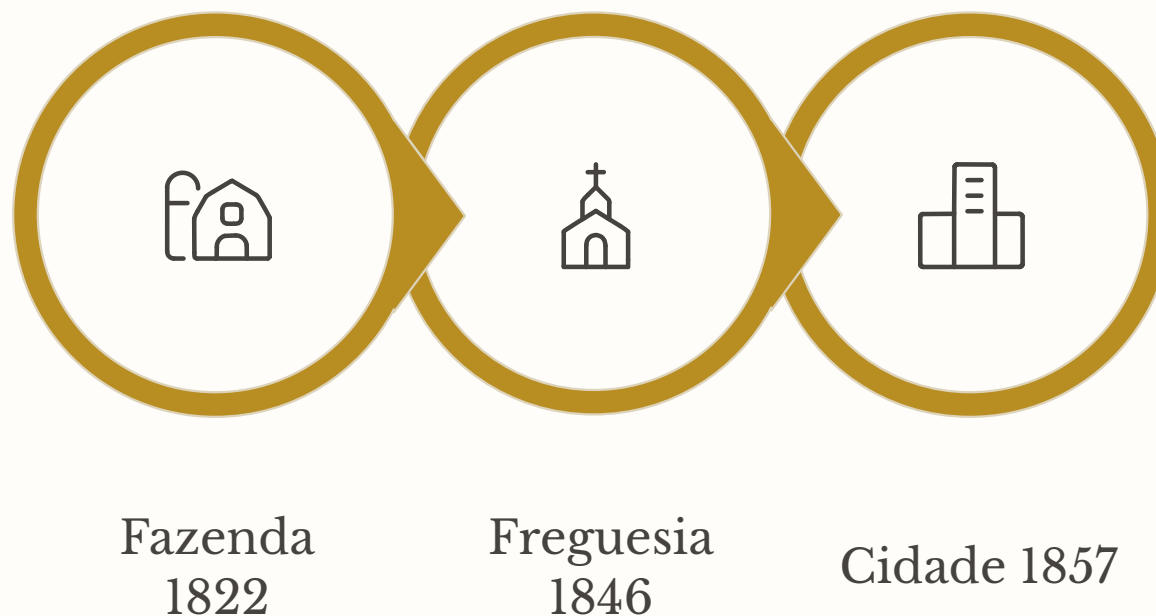
Imagem 3. Impresso reproduzindo uma gravura, feita a partir do esboço de Carl Friedrich Philipp von Martius, da vista da fazenda do Córrego Seco em 1817 [\(Fonte da Imagem\)](#).



De Freguesia a Cidade

A povoação, anexada à São José do Rio Preto, à época pertencia à Vila de Paraíba do Sul. Dois anos depois, a Província do Rio de Janeiro, por meio da **Lei número 397, de 20 de maio de 1846**, criou a Vila da Estrela. Petrópolis, então, foi anexada a essa e elevada à categoria de freguesia.

Quando os movimentos para elevar a então freguesia à categoria de cidade surgiram, Petrópolis não tinha nem quinze anos de existência.



De acordo com a Constituição de 1824, as Assembleias Provinciais passaram a discutir e a deliberar sobre os negócios de suas províncias, o que incluiu a criação de novos municípios.



A Constituição de 1824

Foi a **Constituição de 1824** (outorgada em 25 de março de 1824 por D. Pedro I) que organizou o Estado Brasileiro, criou bases para o poder político nacional e estabeleceu um rol de direitos fundamentais. Os poderes estavam centralizados na figura do Imperador e a participação política era restrita a quem tinha dinheiro. A admissão do regime escravocrata consolidou a desigualdade racial no Império.

Apesar da instalação de uma primeira Assembleia Constituinte Brasileira em **03 de maio de 1823**, D. Pedro I a dissolveu em um episódio de nossa história conhecido como "**Noite da Agonia**" e se reuniu com dez homens de sua confiança para redigir a 1ª constituição do Brasil que vigorou por **67 anos** (até 1891).

Imagem 4. A Constituição de 1824 [\(Fonte da Imagem\)](#).



Características da Constituição de 1824

Entre as características dessa Constituição, há a forma monárquica, hereditária, constitucional e representativa de governo com a separação deste em quatro poderes:

Legislativo

Responsável pela criação das leis do Império.

Executivo

Exercido pelo Imperador por meio de seus ministros de Estado.

Judiciário

Responsável pela aplicação das leis e pela justiça.

Moderador

Exclusivo do Imperador, permitia intervir nos outros três poderes.

O voto era **censitário**: havia o estabelecimento de uma renda líquida mínima anual para que um cidadão pudesse votar.



O Poder Moderador

O Poder Moderador permitia ao monarca velar a independência, o equilíbrio e a harmonia dos outros três poderes. Ao Imperador era permitido intervir nos outros três poderes:

No Legislativo

O Imperador indicava Senadores.

No Judiciário

O Imperador indicava juízes.

No Executivo

O Imperador exercia o poder por meio de seus ministros de Estado.



As Câmaras na Constituição de 1824

Em relação às cidades, a Constituição de 1824 determinava:

CAPITULO II. Das Camaras.

Art. 167. *Em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais, que para o futuro se crearem haverá Camaras, ás quaes compete o Governo economico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas.*

Art. 168. *As Camaras serão electivas, e compostas do numero de Vereadores, que a Lei designar, e o que obtiver maior numero de votos, será Presidente.*

Art. 169. *O exercicio de suas funcções municipaes, formação das suas Posturas policiaes, applicação das suas rendas, e todas as suas particulares, e uteis attribuições, serão decretadas por uma Lei regulamentar.*

A Constituição de 1824 está disponível [aqui](#).



O Projeto de Elevação de Petrópolis à Cidade

No livro *Petrópolis — história de uma cidade Imperial*, Paulo César dos Santos conta que em **6 de agosto de 1856**, o deputado estadual **Amaro Emílio da Veiga** apresentou à Assembleia Legislativa provincial um projeto para elevar Petrópolis à categoria de cidade.

Ruy Monteiro revela que o Coronel Veiga não contava com *"as inesperadas resistências políticas para tornar realidade a existência legal do novo município"*. E Santos completa: o projeto ficou um ano sendo discutido e para conseguir a aprovação, o Coronel foi obrigado a incluir a emancipação de Valença e de Vassouras.



Petrópolis às Vésperas da Elevação

Segundo dados da pesquisa de Arthur de Sá Earp Neto, nessa época, Petrópolis tinha:

5 a 6 mil

Habitantes

População estimada da cidade antes da elevação.

940

Casas

Aproximadamente 940 casas na cidade.

1

Palácio Imperial

Símbolo da presença da família imperial na cidade.



Imagem 5. Palácio Imperial ([Fonte da Imagem](#)).

Além disso, Petrópolis contava com importantes colégios, demonstrando seu crescimento cultural e educacional.



A Elevação à Cidade em 1857

Finalmente, em **29 de setembro de 1857**, a Assembleia Legislativa provincial elevou o povoado de Petrópolis à cidade, mesmo sem ter sido elevado à vila anteriormente. Uma das consequências dessa elevação foi a cidade passar a ter a sua própria **Câmara Municipal**.

- ❏ Francisco de Vasconcellos reforça uma importante questão: *"enquanto Petrópolis não tivesse sua Câmara Municipal regularmente eleita, reconhecida e instalada, a emancipação não passava de uma figura de retórica, já que tecnicamente não poderia haver município sem que os seus poderes estivessem de direito e de fato constituídos"*.



As Primeiras Eleições Municipais

Em **22 de novembro de 1857**, foram realizadas as primeiras eleições municipais de Petrópolis. No entanto, em **02 de junho de 1858**, uma Resolução Imperial anulou a eleição realizada. O Ministério dos Negócios do Império enviou um ofício ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, Antônio Nicolau Tolentino, que dizia:

Houve por bem anular a eleição da Paróquia de São José do Rio Preto, pelas irregularidades que contra ela se alegam e por não se terem guardado as formalidades exigidas pela lei no seu processo, omitindo-se as atas e as declarações que a mesma ordena e que se proceda a nova eleição, não só na sobredita paróquia, como também na outra de São Pedro de Alcântara, cuja eleição, com quanto seja válida, não pode, contudo, subsistir, visto que, sendo essas paróquias as únicas do município, podem os votos da adição José do Rio Preto por pouco que sejam, influir no resultado da eleição municipal (Vasconcellos, 2002).



A Segunda Eleição e o Jornal O Parahyba

O Presidente da Província enviou um ofício em **18 de julho de 1858** à Câmara da Estrela, determinando que uma nova eleição fosse realizada no dia **07 de setembro de 1858**, que de fato foram realizadas, ficando registradas as segundas eleições municipais de Petrópolis.

Segundo Francisco de Vasconcellos, o jornal *O Parahyba* foi bastante combativo durante esse período. A justificativa é que a Câmara da Estrela agia com desmazelo em relação à nova cidade criada. Para o jornal:

"É injustificável o procedimento da Câmara Municipal da Estrela a respeito da eleição de Petrópolis, que foi marcada para o dia 7 do corrente pela Presidência da Província, não se pode assinalar outra causa se não a incúria da Câmara da Estrela, a qual atribui-se geralmente má vontade a Petrópolis, por ter de ficar independente daquela Vila depois de sua definitiva elevação à categoria de cidade" (O Parahyba, edição de 02 de setembro de 1858, citado por Vasconcellos, 2002).



Os Vereadores Mais Votados em 1858

Após as segundas eleições, em **12 de setembro de 1858**, o jornal *O Parahyba* estampava a lista dos vereadores mais votados da cidade:

01	02	03
Augusto da Rocha Fragoso	Albino José de Siqueira	Manuel Francisco de Paula
04	05	06
Tomás José da Porciúncula	Inácio José da Silva	Henrique Kopke
07	08	09
Pedro José da Câmara	João Batista da Silva	Amaro Emílio da Veiga



A Terceira Eleição e a Diplomação dos Vereadores

No entanto, a eleição de 7 de setembro de 1858 **também foi anulada** por aviso do Ministério dos Negócios do Império em **12 de janeiro de 1859**. O terceiro pleito foi marcado para ser realizado em **13 de março de 1859**.

Na terceira tentativa, as eleições transcorreram sem nenhum problema e a Câmara da Estrela expediu os diplomas dos 9 mais votados da cidade, que incluía o Coronel Veiga, que era militar e não recebeu autorização do Ministro da Guerra para exercer o cargo.



A Instalação da Câmara Municipal de Petrópolis

Finalmente, a **Câmara Municipal de Petrópolis** era instalada em **17 de junho de 1859**.

Participaram da instalação da Câmara os seguintes vereadores:

Albino José de Siqueira

Augusto da Rocha Fragoso

Manuel Francisco de Paula

João Batista da Silva

Manuel Cândido do Nascimento Brito

Ignácio José da Silva



Os Vereadores que Não Tomaram Posse

José Calazans Rodrigues de Andrade

Havia se mudado para Niterói e, por isso, não pôde tomar posse como vereador.

Tomás José da Porciúncula

Por ter sido menos votado que Manuel Francisco de Paula, com quem tinha relações de parentesco. Nessa época, a **Lei Eleitoral não permitia parentes exercendo a vereança ao mesmo tempo.**

Coronel Amaro Emílio da Veiga

Não recebeu autorização do Ministro da Guerra para exercer o cargo.



O Eleitorado no Período Imperial

Durante o Período Imperial, a administração de Petrópolis era realizada pelos vereadores mais votados por apenas **404 eleitores aptos a votar**, uma pequena parcela de cidadãos formada por fazendeiros, comerciantes, militares e profissionais liberais que cumpriam todos os requisitos para se tornar eleitor, segundo a Constituição de 1824.

Esse número reduzido de eleitores reflete o caráter censitário do voto estabelecido pela Constituição de 1824, que restringia a participação política a uma elite econômica.



A Solenidade de Instalação

A posse foi realizada em um sobrado na **Rua do Mordomo, nº 12** (atual Rua Paulo Barbosa, Edifício Rocha) que pertencia à família Rocha Cardoso. A solenidade de instalação foi presidida por **Dr. Bernardino Alves Machado**, presidente da Câmara Municipal da Estrela.

Após os discursos, os vereadores foram até a Velha Matriz para um **Te Deum** (louvor em Ação de Graças executado em ocasiões solenes) e, em seguida, ao **Hotel Bragança** para uma recepção com baile popular para novos vereadores e convidados, encerrando assim, o histórico **17 de junho de 1859**.



Imagem 6. Reprodução fotográfica mostrando a fachada do Hotel Bragança, na rua do Imperador.

Fonte da Imagem: [Museu Imperial/Ibram/MTur](#)



17 de Junho de 1859: O Início de uma História

A instalação da Câmara Municipal de Petrópolis em **17 de junho de 1859** marcou o início de uma longa trajetória de representação política e administração municipal na cidade imperial. Desde as primeiras tentativas frustradas de eleição até a solenidade de posse no sobrado da Rua do Mordomo, cada passo desse processo refletiu os desafios e as contradições do Brasil Imperial.

"Enquanto Petrópolis não tivesse sua Câmara Municipal regularmente eleita, reconhecida e instalada, a emancipação não passava de uma figura de retórica, já que tecnicamente não poderia haver município sem que os seus poderes estivessem de direito e de fato constituídos" (Vasconcellos, 2002).

Com a instalação da Câmara, Petrópolis consolidava sua autonomia política e iniciava um novo capítulo em sua história — a história que este livro se propõe a contar.



Capítulo 2: A Câmara no Período Imperial (1859–1889)

Este capítulo narra a história da Câmara Municipal de Petrópolis desde sua instalação, em 1859, até a Proclamação da República, em 1889. O período foi marcado por disputas eleitorais, limitações orçamentárias e a construção das bases do legislativo petropolitano.



A Primeira Legislatura

Quando em **29 de setembro de 1857**, a Assembleia Legislativa provincial elevou à cidade o povoado de Petrópolis, uma das consequências do ato foi o novo município necessitar de uma Câmara Municipal para tratar dos assuntos administrativos locais.

Três eleições foram realizadas, até que em **17 de junho de 1859**, a Câmara Municipal foi instalada e os primeiros vereadores da cidade tomaram posse.

A instalação da Câmara Municipal marcou o início de uma nova era administrativa para Petrópolis, recém-elevada à categoria de cidade.



Os Primeiros Vereadores Empossados

Na ocasião da instalação da Câmara, em 17 de junho de 1859, foram **seis vereadores empossados**:

Albino José de Siqueira

Augusto da Rocha Fragoso

João Batista da Silva

Manuel Francisco de Paula

Inácio José da Silva

Manuel Cândido do Nascimento Brito

Depois, em **12 de julho de 1859**, os dois primeiros suplentes da Câmara tomaram posse: **João Meyer** e **José Antônio da Rocha**.



Desafios Orçamentários da Nova Câmara

A elevação à categoria de cidade trouxe não apenas prestígio, mas também uma **substancial perda financeira**. Como freguesia, Petrópolis recebia da Fazenda Imperial a contribuição de **100:000\$000 (cem contos de réis)** a título de auxílio. Com a mudança de status, essa receita foi drasticamente reduzida.

Orçamentos Propostos pela Câmara

- 2º semestre de 1859: **6:550\$000** (seis contos e 550 mil réis)
- Ano de 1860: **8:800\$000**

Resultado da Assembleia Provincial

A Assembleia Provincial **não aprovou** os primeiros orçamentos da Câmara. No final de 1859, a mesma Assembleia reduziria o orçamento para apenas **2:750\$000**, uma fração do que havia sido solicitado.

A receita estimada para o novo município era de apenas **8:000\$000**, tornando a situação financeira da Câmara extremamente delicada desde seus primeiros dias de funcionamento.



O Primeiro Presidente da Câmara: Albino Siqueira

Dentro do **Projeto Recuperação da Memória do Legislativo Petropolitano**, as historiadoras **Daniela de Souza Costa**, **Jaqueline de Medeiros Brand** e **Maria de Fátima Moraes Argon** fizeram uma série de perfis de personalidades históricas, incluindo o do primeiro presidente da Câmara, o comendador Albino Siqueira.

- Segundo as pesquisadoras, apesar de em toda a bibliografia consultada e até mesmo nas atas da 1ª legislatura o sobrenome dele estar grafado **Siqueira**, ele assinava "**Sequeira**" em todas as ocasiões.

Nascido na capital, Albino Siqueira foi **coronel da Guarda Municipal** e exerceu atividades na Corte, na Vila da Estrela e em Petrópolis. Recebeu, de **D. Pedro II**, os graus de **oficial da Ordem da Rosa** e **Cavaleiro de Cristo**, pelos seus serviços à causa pública.

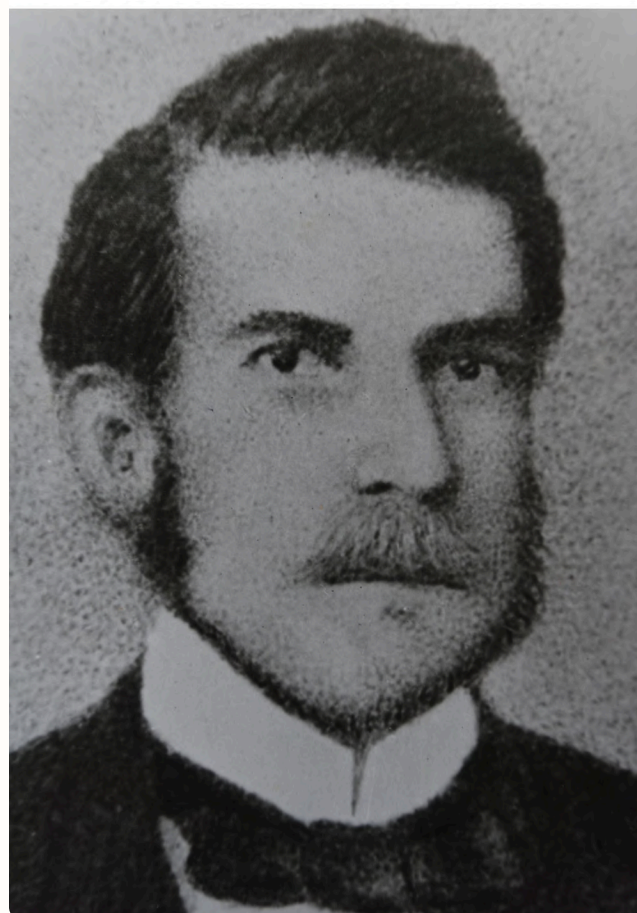


Imagem 1. Albino Siqueira, primeiro presidente da Câmara.

Fonte: ASCOM/CMP



A Trajetória de Albino Siqueira: Fazendeiro e Empresário

Depois da morte de seu pai, Albino Siqueira tomou posse das **propriedades agrícolas na baixada fluminense**, inclusive a conhecida **Fazenda do Fragoso**, propriedade em que hospedou **D. Pedro II** e **D. Teresa Cristina**. Foi reconhecidamente um grande fazendeiro e dono de engenho de aguardente.

Fazenda do Fragoso

Propriedade agrícola na baixada fluminense onde hospedou D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Albino Siqueira foi reconhecidamente um grande fazendeiro e dono de engenho de aguardente.

Empresa Imperial de Transportes

Foi um dos proprietários da Empresa Imperial de Transportes de Passageiros e Cargas que fazia a ligação entre Petrópolis e Raiz da Serra, que incluía **20 carros de passageiros**. Além desses carros, a companhia possuía também diligências para maior número de passageiros, distinguindo-se, dentre elas, a "**Baronesa**", em honra à Baronesa de Mauá.

Albino Siqueira faleceu em **17 de dezembro de 1879**.



A Presidência de Albino Siqueira e os Limites do Poder Municipal

O vereador mais votado do pleito de 1859 foi o **Coronel Veiga**, mas como as forças militares não concederam a licença para que ele assumisse o mandato, quem assumiu a presidência da Câmara foi o **segundo vereador mais votado: Albino Siqueira**.

É importante lembrar que nesse período, a Câmara exercia tanto o **poder legislativo**, com a criação das leis, quanto o **poder executivo** – centrado na figura do presidente – com a responsabilidade de cumprir as leis e executar obras e melhorias no município.

Entre **1859 e 1889** (até a Proclamação da República), os vereadores **não recebiam vencimentos** pelos serviços prestados à Municipalidade.

O trabalho realizado pela Câmara Municipal era limitado pelas imposições do modelo de gestão pública centralizado realizado pelo Governo Imperial. Decisões sobre desapropriações, organização dos servidores municipais, receitas e despesas, entre outras questões, dependiam ou da aprovação da Assembleia Legislativa provincial ou do próprio presidente da Província do Rio de Janeiro.

❏ Para Ruy Monteiro, *"na prática, [o modelo de gestão centralizado do Império] restringia drasticamente autonomia municipal"*.



Um Mandato Reduzido: 18 Meses e 13 Dias

Por conta da demora na instalação da Câmara e na posse dos vereadores, nesse primeiro momento, o mandato que era de **quatro anos** ficou reduzido para apenas **18 meses e 13 dias**.

Já em **07 de setembro de 1860**, foram realizadas as eleições para as Câmaras Municipais do Império, com posse prevista para **07 de janeiro de 1861**, encerrando prematuramente a primeira legislatura petropolitana.



Nova Legislatura? A Eleição Contestada de 1860

Nas eleições de 1860, apenas **três vereadores** conseguiram a reeleição: **Albino Siqueira**, como mais votado, **Augusto da Rocha Fragoso** e **João Batista da Silva**.

José Antônio da Rocha, juntamente com outros vereadores não reeleitos, questionou a legalidade da eleição junto ao Governo Imperial.

Em **08 de janeiro de 1861**, a ata de posse dos eleitos no ano anterior registra que o juramento não pudera ser feito anteriormente por *"circunstâncias independentes de sua vontade (do Presidente) [que] foram causa de não ter podido comparecer"*. Nessa sessão, José Antônio da Rocha fez uso da palavra e disse que:

"não lhe parecia regular a posse da nova Câmara, visto achar-se pendente do governo supremo uma representação (...) contra a legalidade da eleição, sendo mais para notar, que à Câmara transata (passada) competia o inquestionável direito de continuar no exercício de seu cargo até apresentar-se a decisão do governo, incorrendo ela em grave responsabilidade e multas se assim não praticasse".

Na sequência, José Antônio da Rocha se retirou do plenário para que a posse fosse retomada.



A Posse Contestada e a Dissolução da Câmara

O Presidente da Câmara entendia que a representação não era suficiente para impedir a posse da nova câmara, que estava prevista na lei, não sendo viável adiar a posse por tempo indeterminado ou manter a legislatura passada. Após o posicionamento do Presidente, mais alguns vereadores deixaram o plenário.

Fizeram novo juramento:

Albino Siqueira

Augusto Rocha Fragoso

João Batista da Silva

Tomás José da Porciúncula

José Pinheiro de Siqueira

A nova câmara empossada realizou apenas **cinco sessões** entre janeiro e maio de 1861, quando em **15 de maio de 1861** é registrada na ata a informação que a câmara havia recebido uma Portaria do Presidente da Província, do início do mês, dizendo que as eleições realizadas em 1860 haviam sido **anuladas**, tendo ele dissolvido a câmara atual e agendado uma nova eleição para o dia **9 de junho**.



O Encerramento da Polêmica Primeira Legislatura

Assim, os vereadores da primeira Câmara Municipal foram avisados que deveriam **reassumir as funções** e providenciar as novas eleições. Em **20 de maio**, os vereadores foram reintegrados.



As eleições foram realizadas em **9 de junho de 1861** e os novos vereadores tomaram posse em **1º de outubro de 1861**, encerrando a polêmica primeira legislatura petropolitana.



A Proclamação da República

Passado o tempo, em **16 de novembro de 1889**, a Câmara realizou uma sessão extraordinária com o objetivo de comunicar oficial e solenemente ao povo do município o estabelecimento da **República dos Estados Unidos do Brasil** e a proclamação do governo provisório no dia anterior.

O vereador **Ricardo Narciso da Fonseca** pediu que a Câmara enviasse uma mensagem, que ao ser colocada em votação, foi aprovada **por unanimidade**, ao governador do Estado para que ele repassasse ao governo provisório:

A Câmara Municipal de Petrópolis, reunida em sessão extraordinária e representada pelos vereadores abaixo-assinados, tem a honra de comunicar ao governador do Estado do Rio de Janeiro, em nome das autoridades e povo deste município, que foi aceito com júbilo o estabelecimento da República Brasileira e que todos mantêm o firme propósito de auxiliar o governo provisório com a maior franqueza e lealdade na gloriosa tarefa de que se incumbiu o engrandecimento da Pátria.



Imagem 2. Proclamação da República por Benedito Calixto ([Fonte da Imagem](#)).

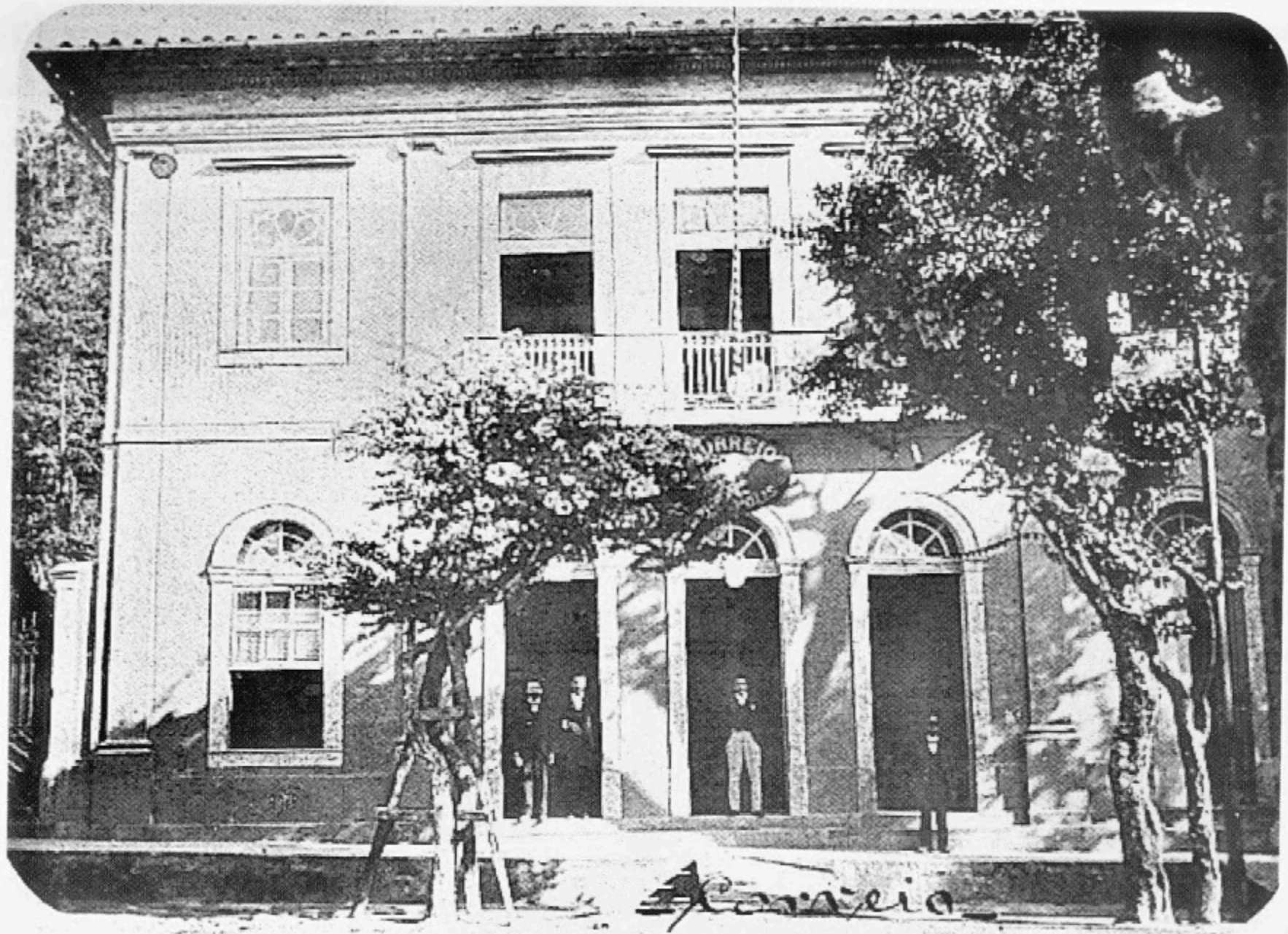
E assim, a Câmara seguiu com os trabalhos encerrando o **capítulo imperial** de sua história.



A Primeira Sede da Câmara Municipal

A imagem da primeira sede da Câmara Municipal de Petrópolis integra o acervo da ASCOM/CMP e representa um importante registro visual do início da história do legislativo petropolitano, testemunhando os primeiros anos de funcionamento da instituição durante o período imperial.

Nesse espaço, os primeiros vereadores da cidade debateram orçamentos, contestaram eleições e exerceram simultaneamente os poderes legislativo e executivo do município — tudo isso sem receber qualquer vencimento pelos serviços prestados à Municipalidade entre 1859 e 1889.



Prédio da Rua Paulo Barbosa, onde a Câmara Municipal funcionava em 1850 e que mais



A Preservação da Memória: Atas e Projetos de Recuperação Histórica

O professor **Paulo Machado** realizou um extenso trabalho com uma análise minuciosa das atas da Câmara no período imperial, que pode ser conhecido no artigo [Conhecendo nosso Passado – História da Câmara Municipal segundo suas atas](#), disponível no site do **Instituto Histórico de Petrópolis**.

1993

O **Museu Imperial** iniciou um projeto de preservação das atas do período imperial da Câmara que faziam parte de seu acervo. A Câmara foi convidada a ser parceira desse projeto.

Transcrição das Atas

As atas do império foram transcritas por técnicos e à época disponibilizadas em **disquetes**.

1

2

3

4

Projeto de Memória

O projeto passou a ser conhecido como **Projeto Recuperação da Memória Histórica do Legislativo Petropolitano**.

Acesso Digital

Atualmente, você pode encontrar essas atas no [site da câmara](#).



Capítulo 3: A Câmara na República Velha (1889–1930)

Este capítulo da história da Câmara Municipal de Petrópolis aborda o período que vai da Proclamação da República até o fim da República Velha, em 1930.



A Transição para o Regime Republicano

Em 15 de novembro de 1889, o Brasil inicia sua história republicana. Em Petrópolis, já em 16 de novembro, a Câmara saúda e dá boas-vindas ao novo regime.

"A história é feita de paradoxos e Petrópolis só foi aparentemente monárquica enquanto durou o regime e o Rei partiu sem que uma lágrima fosse derramada, sem que um cristão defendesse o monarca destronado."

— Francisco de Vasconcellos, "Monárquica na aparência, mas Republicana na Essência"

Para Vasconcellos, a explicação é simples: **"Na verdade, Petrópolis já era de longa data um poderoso e renitente reduto republicano."**



Monárquica na Aparência, Republicana na Essência

Francisco de Vasconcellos, no artigo *"Monárquica na aparência, mas Republicana na Essência"*, explica a rápida adesão municipal à república. Participavam da vida política da cidade e também eram abertamente a favor de um novo regime:

José Thomaz da Porciúncula

José de Barros Franco Junior

Hermogênio Pereira da Silva

Francisco Soares de Gouvêa

Em janeiro de 1890, o governo dissolveu (pacificamente) a Câmara dos Vereadores eleitos durante a monarquia e instituiu os Conselhos de Intendência Municipal. Mas Vasconcellos reitera: **"apesar das dissensões entre os próprios republicanos, Petrópolis não experimentou turbulências por causa disso."**



O Jornal Mercantil e a Adesão à República

O Jornal Mercantil circulou entre os anos de 1857 a 1892 e tinha como um dos principais redatores Thomaz Cameron, conhecido republicano.

A Edição de 20 de Novembro de 1889

O jornal não comentou nem mesmo o exílio da Família Imperial para a Europa. Na edição de 20 de novembro de 1889, estampava matéria de primeira página sob o título "**Vida Nova**", que dizia enfaticamente:

"O Governo Provisório da atual República dos Estados Unidos do Brasil é credor da gratidão nacional, primeiro porque promoveu a reforma querida pela nação, segundo porque sustentou-se em uma altura que elevou os créditos do Brasil. (...) Aos cidadãos que constituem o governo provisório dos Estados Unidos do Brasil enviamos as nossas saudações."



O Resgate da Memória Imperial

Com o tempo e diminuição das paixões políticas:

"Petrópolis começou a resgatar pouco a pouco a memória do velho Imperador que tanto amara a cidade que ajudou a criar. Primeiro foi o monumento em Praça Pública no início dos anos dez dos novecentos. (...) Num concurso realizado para saber-se que nome deveria ter o teatro (...), tirou primeiro lugar de D. Pedro II (...), depois a revogação do banimento da família imperial (...), nos anos vinte as novas armas de Petrópolis contemplaram os símbolos da monarquia (...) aí começou a nascer o mito da cidade imperial", explica Vasconcellos.

Imagem 1. Monumento em homenagem a D. Pedro II em Petrópolis ([Fonte da Imagem](#)).



O Retrato de D. Pedro II na Câmara Municipal

A Câmara Municipal, desde a primeira sessão do poder legislativo em **17 de junho de 1859**, sempre possuiu um retrato de D. Pedro II no salão nobre do edifício que ocupava.

Na Proclamação da República, o quadro foi retirado e recolhido a um depósito e posteriormente levado à Biblioteca Municipal.

29 de Abril de 1906

Em ato cívico solene, possivelmente a primeira iniciativa dessa no Brasil, a casa legislativa petropolitana recoloca o retrato e recupera a homenagem ao fundador da cidade.

Imagem 2. Quadro de D. Pedro II que fica na sala anterior ao Plenário da Câmara Municipal.

Fonte: ASCOM/CMP





A Proclamação da República no Brasil

A república brasileira é o resultado de uma longa crise da monarquia no país, iniciada após o fim da **Guerra do Paraguai em 1870**. Novas ideias políticas surgiram, como:

Estado Laico

Separação entre Igreja e Estado, rompendo com a tradição do padroado imperial.

Autonomia das Províncias

Maior descentralização política e administrativa em relação ao poder central.

Crítica à Monarquia

Atribuição dos problemas do país ao regime monárquico vigente.

Movimento Republicano

Estruturado a partir de 1870, com o lançamento do Manifesto Republicano, documento norteador do movimento.

Imagem 3. Campo do Santana, no Rio de Janeiro ([Fonte da Imagem](#)).



TIJON BRÉSILIENNE. — Les chefs du mouvement républicain à la tête de la foule à la proclamation de la République. — D'après la photo communiquée par M. Yvonne Corréa.



A Crise da Monarquia e as Disputas Políticas

Disputas políticas e a consolidação do Exército como uma carreira profissional contribuíram para o agravamento da crise. A exigência pela modernização do país fez com que muitos brasileiros, inclusive petropolitanos, vissem no novo regime uma solução para o país.

Além disso, São Paulo já era o grande centro econômico do Brasil, mas as elites paulistas se incomodavam com a pequena representação política do estado. Os liberais defendiam a ampliação do voto para enfraquecer os conservadores e grandes fazendeiros, mas estes conseguiram aprovar a **Lei Saraiva, de 1881**, que determinava novos critérios para ser eleitor no Brasil, diminuindo a quantidade de eleitores para apenas **1,5% da população brasileira**.

- Essas elites passaram a ocupar espaços políticos de outras maneiras, manifestando suas opiniões por meio dos jornais, associações e outros tipos de manifestações públicas, sempre apresentando a república como solução. O abolicionismo também reforçou o movimento republicano.



A Conspiração e o Golpe Final

Um atentado contra o carro do Imperador em julho de 1889 motivou o império a proibir manifestações em defesa da república, mas já era tarde demais: grupos como elites emergentes, classes populares, militares, políticos e ex-escravos já estavam insatisfeitos e, em 1889, a conspiração estava em curso.

O golpe final foi em **15 de novembro de 1889**, quando as tropas lideradas pelo **Marechal Deodoro da Fonseca** foram até o quartel-general no Campo do Santana e exigiram a demissão de Visconde de Ouro Preto da presidência do gabinete ministerial. O visconde se demitiu e logo em seguida foi preso.

Imagem 4. Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro Presidente do Brasil ([Fonte da Imagem](#)).



A Proclamação e Seus Desdobramentos

A derrubada do gabinete não finalizou as movimentações do dia 15. Republicanos decidiram realizar uma sessão extraordinária na Câmara Municipal do Rio de Janeiro para uma solenidade de proclamação da república, que foi anunciada pelo vereador **José do Patrocínio**. Houve celebração nas ruas do Rio de Janeiro.

André Rebouças e Conde d'Eu tentaram organizar uma tentativa de resistência em vão. D. Pedro II acreditava que a situação logo seria resolvida, mas não da maneira que ele esperava: um governo provisório foi formado e Deodoro foi nomeado o primeiro presidente do Brasil. A família real foi expulsa e em 17 de novembro embarcava para a Europa.



Os Conselhos de Intendência Municipal

Com a Proclamação da República, a Câmara de Petrópolis foi dissolvida por meio de um decreto estadual em **4 de janeiro de 1890** e as funções, que antes eram da Câmara, passaram a ser exercidas por intendentes nomeados pelo presidente do Estado.

Composição dos Conselhos

Os Conselhos de Intendência eram formados por **sete membros**, incluindo um presidente, que eram escolhidos pelo Governador. Os conselhos assumiram com a responsabilidade de organizar as eleições para a primeira câmara republicana das cidades.

Primeiro Conselho de Intendência de Petrópolis

- Hermogênio Pereira da Silva (presidente)
- Bernardo Xavier Rebelo de Faria
- Gabriel Pereira Bastos
- Francisco da Cunha e Souza
- Major José Pinheiro de Siqueira
- Joaquim Pacheco
- José Tavares Guerra



A Mudança dos Nomes das Ruas

Em 1890, um dos primeiros atos da Intendência foi tratar de mudar nomes de importantes ruas que remetiam ao império. A cidade ganhou uma nova identidade republicana em suas vias públicas:

Nome Antigo (Império)	Novo Nome (República)
Rua Paulo Barbosa	Avenida Washington
Rua Montecaseros	San Martin
Rua Aureliano Coutinho	Avenida Bolívar
Avenida Coronel Veiga	14 de Julho
Praça Calógeras	Praça Moreno
Praça Berriri	Praça Juarez
Travessa Joinville	Travessa Garibaldi



Mudanças na Composição do Conselho

As relações com o Governador do Estado à época, **Francisco Portela**, não era das melhores e por isso, a composição do conselho petropolitano foi mudada por diversas vezes.

- ❏ Em 8 de agosto de 1890, novos intendentes são nomeados pelo Governador: Fernando Machado de Simas, Eugênio Tourinho, Bernardino Lopes Ribeiro Jr., José Inácio Neto dos Reis Carapébus, Galdino Ferreira da Costa, Manuel Martins de Araújo e Cândido José Vale de Almeida.



As Primeiras Eleições Republicanas

A nova **Constituição Fluminense Republicana, de 1892**, estabeleceu as regras para as eleições de vereadores na Câmara Municipal. No dia **7 de junho de 1892**, o Conselho de Intendência publicou um edital na *Gazeta de Petrópolis*, convocando as eleições e dividindo o eleitorado em seções.

O edital também explicava a forma de votar. Cada eleitor deveria apresentar **três cédulas**:

1ª Cédula

Contendo cinco nomes *"para vereadores gerais"*.

2ª Cédula

Identificada como *"para vereador do distrito"*.

3ª Cédula

Identificada como *"para juízes de paz"*.



O Dia das Eleições e a Apuração

Arthur Leonardo de Sá Earp explicou o dia a dia dessa eleição e da apuração. No dia **16 de junho de 1892**, ocorreram as primeiras eleições diretas para vereadores do período republicano. Dois dias depois, a *Gazeta de Petrópolis* noticia a normalidade da eleição e ainda uma apuração parcial.

A junta apuradora se reuniu no dia **21 de junho** para iniciar a contagem de votos, finalizando os trabalhos no dia 23. No dia **24 de junho de 1892**, o Conselho de Intendência realiza sua última sessão.



As Sessões Preparatórias e o Reconhecimento dos Resultados

Três dias depois, os vereadores foram até a sede para a primeira sessão preparatória. Houve a apresentação dos diplomas e foram eleitas duas comissões verificadoras de poderes:

Primeira Comissão

Para examinar a validade da votação recebida.

Segunda Comissão

Para fazer a pesquisa em relação aos integrantes da primeira comissão.

Nos dias 28 e 29 de junho, as comissões ficaram de prontidão para receber reclamações ou prestar esclarecimentos sobre as eleições. Como não foram encontradas irregularidades no processo, as comissões reconheceram os resultados e no dia **30 de junho de 1892**, foi realizada a segunda sessão preparatória com os vereadores eleitos.



A Primeira Câmara Municipal Republicana

A primeira Câmara Municipal republicana foi formada por **sete vereadores gerais** e **cinco distritais** (sendo um representante por distrito).

Sete Vereadores Gerais Mais Votados

1. Hermogênio Pereira da Silva
2. José Tavares Guerra
3. Francisco Cunha e Souza
4. José da Cruz Loureiro Jr
5. José Christiano Ferdinando Finkennauer
6. Antônio Antunes Freire
7. José Henrique Tyne Land

Representantes Distritais

- Domingos Manoel Dias (1º Distrito)
- Gabriel José Pereira Bastos (2º Distrito)
- Zózimo da Silva Werneck (3º Distrito)
- Manoel Pinto da Rocha Cardozo (4º Distrito)
- João Werneck (5º Distrito)



A Separação dos Poderes Executivo e Legislativo

A Câmara governou a cidade até **agosto de 1916**, quando foi criada a Prefeitura Municipal.

Na verdade, a criação do cargo de prefeito para as cidades do Estado do Rio de Janeiro estava prevista desde a reforma da constituição estadual realizada em **1903**. Na ocasião, **Nilo Peçanha** ocupava a presidência do estado e aproveitou a oportunidade para fazer mudanças substanciais na gestão política e administrativa.



Imagem 5. Nilo Peçanha, presidente da Província do Rio de Janeiro, que criou a Prefeitura de Petrópolis em 1916. Fonte: ASCOM/CMP

Ao retornar ao cargo em 1914, depois de passar pela presidência do Brasil e pelo Senado Federal, Nilo Peçanha retomou a reformulação iniciada onze anos antes. Conhecedor da cidade e ciente de que a Câmara Municipal lhe fazia forte oposição, criou a prefeitura municipal em **28 de julho de 1916**. Os poderes foram oficialmente separados, mas ambos permaneceram funcionando no mesmo prédio (**Palácio Amarelo**).



Os Primeiros Prefeitos de Petrópolis

O primeiro nome a ser nomeado Prefeito de Petrópolis foi o famoso sanitarista **Oswaldo Cruz**, que estava doente. Como o presidente da Câmara, o dr. Leopoldo Bulhões estava impedido de assumir o cargo, o primeiro prefeito de Petrópolis — **Dr. Cândido Ferreira Martins** — o fez de forma interina por dez dias, até o restabelecimento de Oswaldo Cruz, que permaneceu no cargo até **31 de janeiro de 1917**, quando saiu de vez para cuidar da saúde.

1916–1917

Dr. Cândido Ferreira Martins (interino) e Oswaldo Cruz

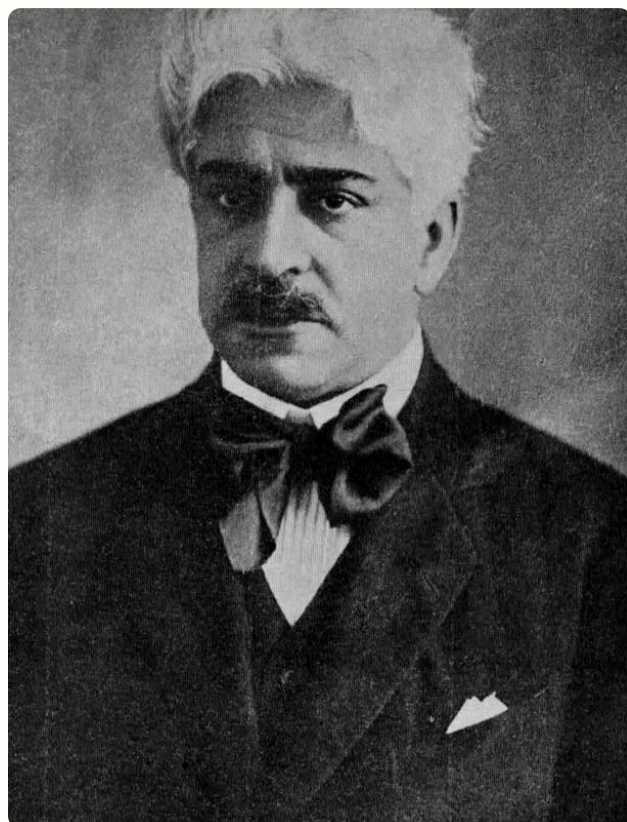


Imagem 6. Oswaldo Cruz, primeiro prefeito de Petrópolis. Fonte: ASCOM/CMP

1917–1922

Oscar Weinschenk, segundo prefeito de Petrópolis

1923

Dr. Alcindo Sodré e, após decisão judicial, Joaquim Moreira

1926

Francisco de Avelar Figueira de Melo, primeiro petropolitano nato no cargo

1927–1929

Antônio Joaquim de Paula Buarque e Ari Barbosa



Disputas e Intervenções na Prefeitura

Em 1922, Arthur Alves Barbosa deveria tomar posse, porém, Joaquim Moreira, segundo colocado nas eleições, recorreu contra o resultado, ficando à frente da prefeitura o presidente da Câmara até **31 de janeiro de 1923**, quando assumiu dr. Alcindo Sodré. Joaquim Moreira ganhou a causa no Tribunal do Estado e em março de 1923 tomou posse.

- ❏ O Estado do Rio estava sob uma intervenção federal que dissolveu as prefeituras e as câmaras municipais, sendo nomeado Oscar de Azevedo Marques. Joaquim Moreira venceu as eleições de 1924, mas não exerceu de fato, pois à época era senador. Quem assumiu, na ocasião, foi Oscar de Azevedo Marques, presidente do legislativo. Moreira reassumia a Prefeitura durante os recessos do Senado Federal.

Em abril de 1926 foi empossado **Francisco de Avelar Figueira de Melo**, primeiro petropolitano nato a exercer o cargo de prefeito. Em 1927, vence **Antônio Joaquim de Paula Buarque**. Em 1929, foi empossado mais um prefeito eleito: **Ari Barbosa**, que governava Petrópolis durante a chegada de Getúlio Vargas no poder.

Essa é apenas uma breve história dos prefeitos petropolitanos durante a República Velha. Para mais informações, veja o capítulo 13 do Projeto Recuperação da Memória do Legislativo Petropolitano [aqui](#).



O Primeiro Presidente Republicano: Hermogênio Silva

Hermogênio Pereira da Silva foi o primeiro presidente da Câmara Municipal do período republicano. Eleito em 1892 com **387 votos**, ficou marcado na história como um excelente gestor, que trouxe muitos benefícios à cidade.

Imagem 7. Hermogênio Silva, o primeiro presidente da Câmara no período republicano. Fonte: ASCOM/CMP





Os Benefícios Trazidos por Hermogênio Silva



Iluminação Pública e Privada

Modernizou a cidade com iluminação pública e privada, transformando o cotidiano dos petropolitanos.



Rede de Esgoto

Iniciou a construção da rede de esgoto, fundamental para a saúde pública da cidade.



Abertura de Ruas e Construções

Promoveu a abertura de ruas, construção de casas, pontes e escolas.



Assistência Hospitalar

Assegurou assistência hospitalar aos cidadãos de Petrópolis.



Código de Posturas

Criou um código de posturas que, à época, foi considerado um marco.



Sede Definitiva da Câmara

Foi o responsável por dar uma sede definitiva à Câmara Municipal, comprando o **Palácio Amarelo em 1894**.



A Vida de Hermogênio Pereira da Silva

Nascimento e Formação

Nascido em **7 de janeiro de 1848**, na Fazenda do Engenho Novo do Retiro — Freguesia de Cordeiro — município de São Gonçalo da Província do Rio de Janeiro. Médico, esteve na Guerra do Paraguai.

Em 1872, formado e casado com Maria Antônio Abreu e Souza (Maria Antônia Pereira da Silva), foi à Europa se especializar em oftalmologia, praticando seus conhecimentos na Alemanha, França e Inglaterra.

Carreira Política e Vida Pessoal

Foi vereador na Câmara do Rio de Janeiro até 1884. Nesse ano, veio para Petrópolis. Pai de sete filhos e já viúvo, casou-se com Carolina de Sá Carvalho (Carolina de Sá Pereira da Silva), com quem teve mais três filhos.

Presidiu a Câmara Municipal por diversos anos: **1892, 1893, 1894, 1895** (mas pediu para não exercer), **1896, 1897, 1901, 1902, 1903, 1904, 1908, 1909 e 1910**.

Em 1909, enquanto foi eleito como o mais votado vereador de Petrópolis, também foi eleito Senador da República, cargo que não chegou a exercer, apesar da excelente votação.

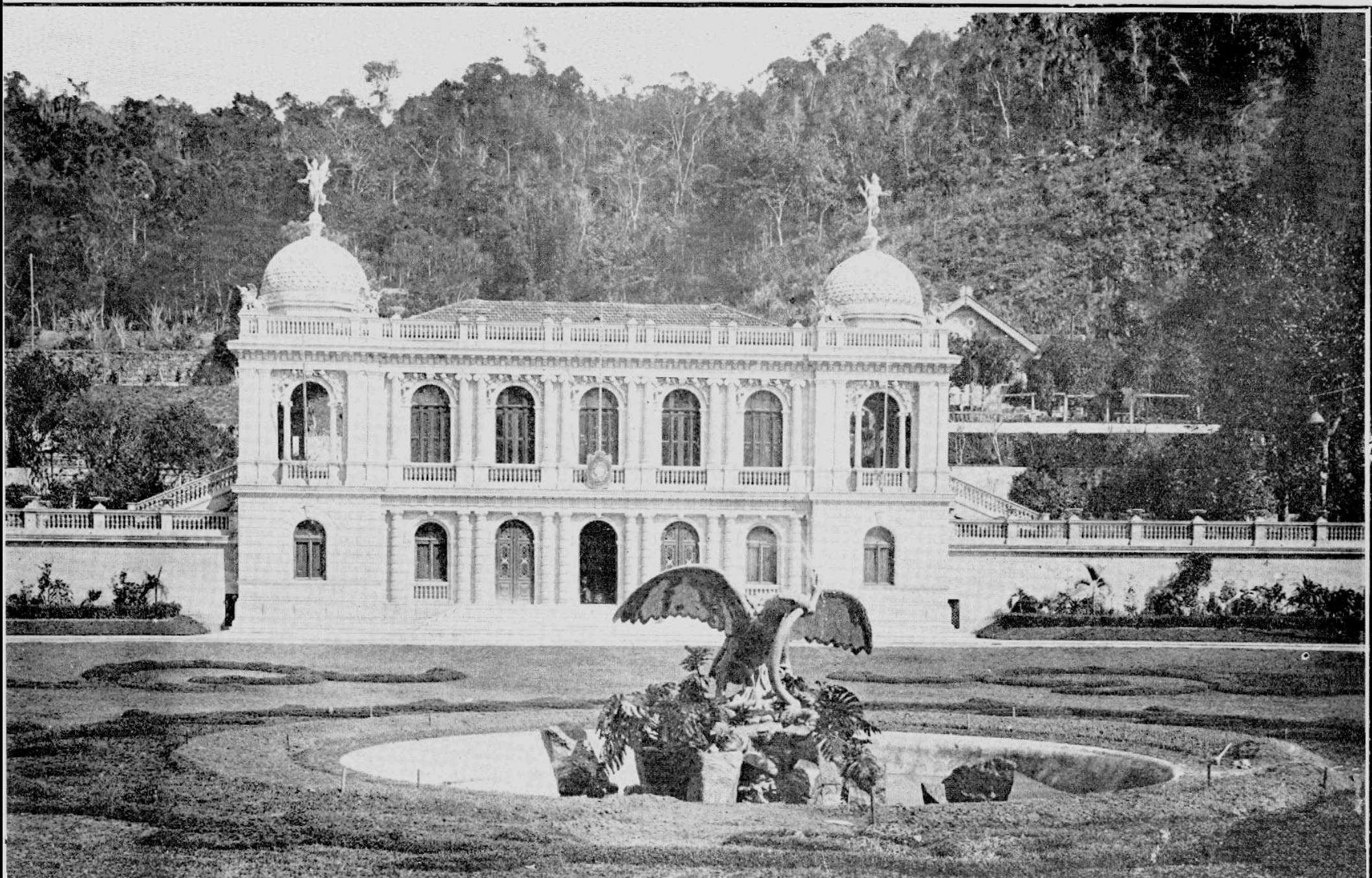
Abandonou a vida pública em **14 de abril de 1910**. Faleceu, aos 67 anos de idade, em Petrópolis, no dia **5 de maio de 1915**.



O Palácio Amarelo: Sede da Câmara Municipal

O Palácio Amarelo foi adquirido por Hermogênio Pereira da Silva em **1894**, tornando-se a sede definitiva da Câmara Municipal de Petrópolis. Nele, os poderes Executivo e Legislativo funcionaram juntos após a criação da Prefeitura Municipal em 1916, até que a separação física dos poderes fosse efetivada.

O Palácio Amarelo é um símbolo da história legislativa de Petrópolis, testemunha das transformações políticas que marcaram a transição da monarquia para a república e a consolidação das instituições democráticas locais.





Capítulo 4: A Câmara na Era Vargas e República Populista (1930–1964)

Da dissolução do Poder Legislativo ao retorno da democracia: como Petrópolis e o Brasil viveram os hiatos institucionais, os fechamentos das câmaras e a redemocratização que marcou a República Populista.



O Fim da Política do Café com Leite

Até o final da década de 1930, a política brasileira era dominada pela aliança entre Minas Gerais e São Paulo, a chamada "**Política do Café com Leite**". A quebra desse acordo com a indicação do paulista Júlio Prestes pelo presidente Washington Luís, em vez de um candidato mineiro, deflagrou uma crise.

A Aliança Liberal

Minas Gerais, em resposta, uniu-se ao Rio Grande do Sul e à Paraíba, lançando a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Consciente das poucas chances em sair vitorioso, Vargas representou uma esperança de união nacional, atraindo apoio de diversos setores, incluindo militares.

O Estopim

Apesar da derrota eleitoral para Júlio Prestes, marcada por contestações que impulsionaram a Revolução de 1930 em São Paulo, o assassinato de João Pessoa, vice de Vargas, em Recife, foi um estopim para o levante de uma ação militar.

Imagem 1. Washington Luís, presidente do Brasil de 1926 a 1930 ([Fonte da Imagem](#)).

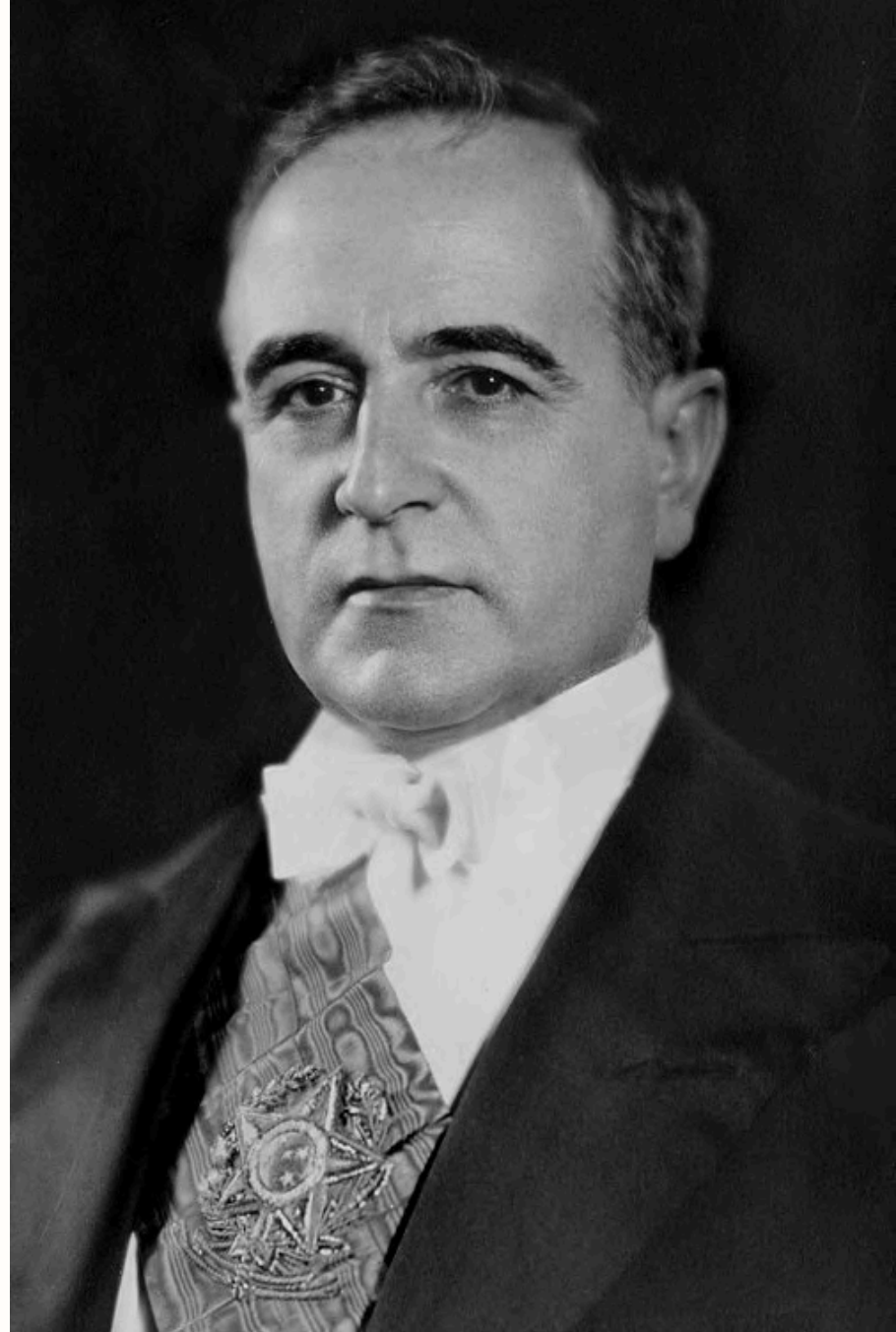


Washington Luís é Deposto e Vargas Assume o Poder

Em 24 de outubro, Washington Luís foi deposto por militares, que governaram o Brasil por meio da **Junta Governativa Provisória** por dez dias. Em 3 de novembro de 1930, Vargas assumiu o poder, marcando o fim da República Velha e o início de um novo período na história do Brasil.

Dois dos primeiros atos foram a revogação da Constituição de 1891 e a dissolução do Poder Legislativo, sinalizando o início de um novo projeto político.

Imagem 2. Getúlio Vargas, presidente do Brasil de 1930 a 1945 e 1951 a 1954 ([Fonte da Imagem](#)).





O Primeiro Hiato da Câmara Municipal de Petrópolis

O professor Paulo Machado explica que durante o governo provisório de Vargas, "**a Câmara Municipal teve suas atividades suspensas de outubro de 1930 a 1935**". O primeiro hiato, desde a instalação da Câmara em 1859, ainda no período imperial.

- Na verdade, essa situação não se passou apenas em Petrópolis. Getúlio Vargas interrompeu o processo sucessório nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo a suspensão de atividades políticas, a deposição de governadores, prefeitos e a dissolução da Câmara e do Senado federais, Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras Municipais de todo o Brasil.

O poder passou a ser exercido por **interventores nomeados**, que exerciam tanto funções executivas, quanto legislativas.



A Revolução Constitucionalista e a Assembleia Constituinte

Vargas foi pressionado a convocar uma assembleia constituinte, chegando a ter, inclusive, um movimento armado em São Paulo, que ficou conhecido como **Revolução Constitucionalista de 1932**. A Assembleia Constituinte foi instalada em 1933, sendo o documento promulgado em 1934.



O Pleito de 1936: As Eleições Municipais Retornam

Em 1936, finalmente as eleições municipais foram realizadas novamente em quase todas as cidades do país, exceto capitais e estâncias hidrominerais, que permaneceram sendo nomeados pelos governadores.

Em Petrópolis, na eleição de **5 de julho de 1936** — o primeiro pleito popular municipal sob controle da justiça eleitoral, criada pelo Código Eleitoral de 1932 — o ex-prefeito **Yeddo Fiuza** elegeu-se prefeito com expressiva votação.

📄 As cadeiras do Palácio Amarelo voltaram a ser 15.



Os Vereadores Eleitos em 1936

Na disputa das cadeiras do Palácio Amarelo, foram eleitos vereadores de diferentes chapas:

União Petropolitana (10 vereadores)

- Alberto Becker
- Álvaro Correia Bastos Jr.
- Hermogêneo Soares
- Alynthor Silveira Werneck de Carvalho
- Paulo Franco Werneck
- Carlos de Azevedo Loureiro Canedo
- Francisco Silva
- Oswaldo de Queiróz Teixeira
- Sebastião de Oliveira Mello
- Carlos Magalhães Bastos (*mais votado*)

Frente Popular

- Paulo Barros Franco
- Osório Teixeira da Silva

Outros eleitos

- Alcindo de Azevedo Sodré (*médico, quinto mandato*)
- João Mosna (*integralista*)
- Pedro Hees (*integralista, quarto mandato consecutivo*)

Presidentes da Câmara

- 1936: Carlos Magalhães Bastos
- 1937: Paulo Franco Werneck



Novembro de 1937: A Câmara em Véspera do Golpe

Em **02 de novembro de 1937**, o Jornal de Petrópolis publica nota informando que a Câmara faria sessão de instalação e sessão ordinária, incluindo a eleição das novas Mesa Diretora e Comissões.

Já a Tribuna de Petrópolis tratou da retomada dos trabalhos da Câmara. Em 04 de novembro, a notícia era:

"A nossa Câmara Municipal já está preparada para iniciar o estudo de vários e importantíssimos assuntos. Em primeiro lugar, como é de lei, terá que organizar o orçamento da receita e da despesa para o exercício administrativo de 1938. A seguir, examinará todos os casos que a mensagem do Sr. Prefeito indicar..."

Os factos de hontem

Dissolvidos o Senado e a Câmara dos Deputados

Promulgada nova Constituição Federal + Dissolvidas as Assembléas Legislativas dos Estados e as Camaras Municipaes

O gabinete do Chefe de Polícia sobre a situação do país, que termina. O discurso de x. ex. começa

A Moção de Apoio a Vargas

O Jornal de Petrópolis também voltou a citar a Câmara em 04 de novembro com a seguinte nota:

A Câmara Municipal aprovou, ontem, por unanimidade, a seguinte moção:

"A Câmara Municipal de Petrópolis ao instalar a presente sessão ordinária, congratula-se com s. ex. o dr. Getúlio Vargas, digníssimo presidente da república, pela ação patriótica com que vem mantendo as instituições, a ordem e o progresso da Nação, hipotecando sua inteira solidariedade à s. ex. e ao seu benemérito governo, na campanha contra os inimigos da pátria. Sala das Reuniões, 03 de novembro de 1937."

- ❏ A ironia em relação à moção de apoio feita pela Câmara vem uma semana depois. Em 10 de novembro, Getúlio Vargas anuncia uma nova constituição e a instauração de nova ordem política no país, com características semelhantes aos regimes fascistas europeus da época.



O Estado Novo (1937–1945): O Segundo Fechamento

Durante o **Estado Novo (1937–1945)**, as eleições foram novamente suspensas, os poderes legislativos dissolvidos e a administração dos estados e municípios voltou a ser feita por interventores nomeados.

A Tribuna de Petrópolis ainda cita a Câmara em 13 de novembro, em notícia sobre o orçamento de 1938:

"A Câmara Municipal, em face da nova constituição federal, não existe mais por ter sido dissolvida."

E explica que o texto orçamentário volta para as mãos da prefeitura, que passa a exercer além do poder executivo, também as funções legislativas.



A Imprensa e a Sociedade Diante do Golpe

É interessante notar que não há revolta ou indignação nos veículos de comunicação por conta da diminuição de direitos. Na capa do Jornal de Petrópolis, de 11 de novembro, por exemplo, a notícia é: **"Transformação Inevitável"** acompanhada de foto de Getúlio Vargas feliz. Esse comportamento não foi exclusivo da imprensa petropolitana. E ainda: a própria sociedade concordava com os rumos do país.



Imagem 3. Capa do Jornal de Petrópolis de 11 de novembro, com destaque para a dissolução do poder legislativo.

O historiador Paulo Sérgio da Silva, autor do livro "A Constituição Brasileira de 10 de novembro de 1937", explica que a dissolução do congresso não enfrentou resistência nem sequer de senadores e deputados. Eles, pelo contrário, aplaudiram.

A imprensa sofreu censura no Estado Novo, mas apenas a partir da criação do **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)** em 1939. O apoio que os jornais deram ao golpe em 1937 foi espontâneo. Assim como boa parte da sociedade, eles foram levados a crer que era urgente centralizar o poder.



Os Funcionários das Extintas Câmaras Municipais

Em **29 de dezembro de 1937**, a Tribuna de Petrópolis publica uma nota a respeito dos funcionários das antigas câmaras municipais:

"O interventor federal assinou um decreto determinando que os funcionários das extintas câmaras municipais fiquem diretamente subordinados aos respectivos prefeitos que, com relação a eles, poderão praticar todos os atos decorrentes e as atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto 293 de 10/12/1937."

E assim, o poder legislativo foi se tornando raro na imprensa, iniciando-se o **maior hiato da história da Câmara Municipal de Petrópolis**, que só voltará aos trabalhos em 1947.



O Fim do Estado Novo e a Redemocratização

A participação brasileira da Segunda Guerra Mundial e o desgaste do projeto político autoritário de Vargas enfraqueceram o Estado Novo perante a sociedade. Assim, demandas por novas eleições começaram a acontecer. Pressionado, Vargas decretou para o fim de 1945 a realização de eleição presidencial. No entanto, em outubro desse mesmo ano, foi deposto do poder pelos militares.

A queda de Getúlio Vargas abriu caminho para a redemocratização do país por meio das eleições. Em dezembro, os brasileiros elegeram a Assembleia Nacional Constituinte e o General **Eurico Gaspar Dutra** para presidente da República.



A Nova Constituição e as Eleições de 1947

Em setembro de 1946 foi promulgada nova constituição e, depois, foram realizadas eleições diretas para escolha de governadores e deputados estaduais. No segundo semestre de 1947 foram realizadas as eleições para prefeitos e vereadores em todo o Brasil.

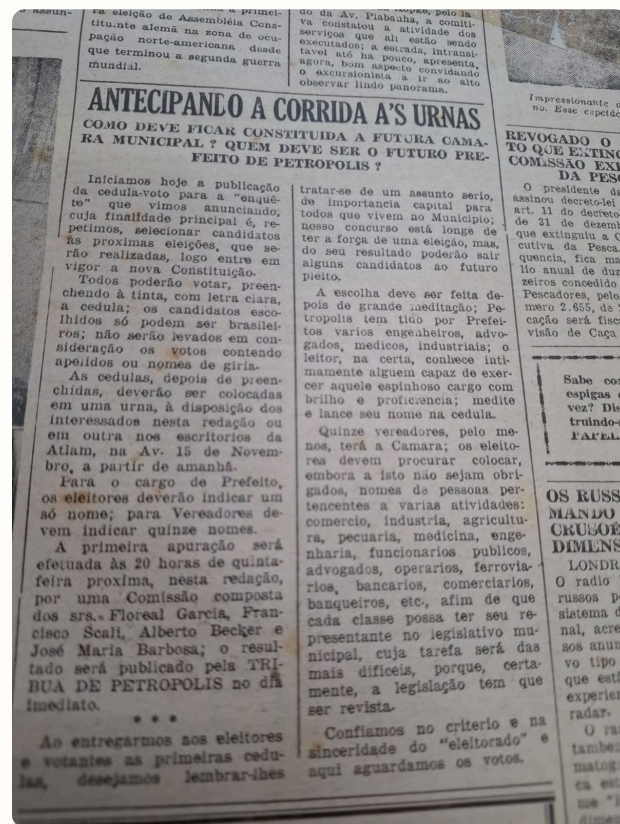
Ainda na iminência da promulgação de uma nova constituição, a imprensa passa a tratar do assunto "eleições", inclusive em âmbito municipal. A Tribuna de Petrópolis, por exemplo, em junho de 1946 inicia uma pesquisa dos possíveis candidatos ao pleito que não demoraria a chegar. Uma cédula passou a ser publicada no impresso para que os leitores pudessem entregar na sede de jornal e, aos poucos, nomes políticos municipais voltaram a ser pauta de notícias e das conversas nas ruas.



A Enquete da Tribuna de Petrópolis (1946)

Antecipando a corrida às urnas: Como deve ficar constituída a futura Câmara Municipal? Quem deve ser o futuro prefeito de Petrópolis?

"Iniciamos hoje a publicação da cédula-voto para a enquete (...) cuja finalidade principal é selecionar candidatos às próximas eleições, que serão realizadas, logo entre em vigor a nova constituição (...). Desejamos lembrar-lhes tratar-se de assunto sério, de importância capital para todos que vivem no município, nosso concurso está longe de ter a força de uma eleição, mas do seu resultado poderão sair alguns candidatos ao futuro pleito."



Já em 1947, com as eleições cada vez mais próximas de se tornarem realidade, as notícias passam a tratar da câmara com mais riqueza de detalhes, incluindo discussões a respeito do dia-a-dia dos trabalhos da Casa.



Petrópolis Terá 19 Vereadores

A capa de **03 de maio de 1947** informava que a nova composição da Câmara era de 19 vereadores:

Petrópolis terá 19 vereadores

"Constituição Fluminense será promulgada antes do fim do mês. Eleições Municipais em setembro. E o novo prefeito? O projeto apresentado pela Comissão da Assembleia Fluminense ao plenário, e que deverá entrar em discussão segunda-feira próxima, prevê para Petrópolis uma Câmara Municipal de dezenove vereadores. Onde funcionará ela? O Palácio Amarelo é pequeno e dificilmente comportará a transferência do Gabinete do Prefeito, instalado no antigo salão da Câmara Municipal. Como, no entanto, ali é que a tradição situou o legislativo local e, no teto decorativo, ainda estão entrelaçadas as suas iniciais, bom será que o Dr. Mario Pinheiro providencie a tempo pela mudança – não a própria, para a Divisão de Administração, mas a da Mesa onde despacha, para o prédio da Engenharia."





As Eleições Marcadas para 28 de Setembro de 1947

Em **03 de junho**, a manchete declarava que as eleições foram marcadas para 28 de setembro:

"As eleições municipais serão realizadas em 28 de setembro. Promulgada até 14 do corrente a Constituição Fluminense. Segundo informações que nos foram transmitidas da capital do Estado, a Comissão Constitucional, ante a perspectiva da possível promulgação da Carta Magna fluminense até 14 do corrente, resolveu marcar para 28 de setembro próximo a realização das eleições municipais."

Veja a matéria de **09 de setembro**: *"Oito partidos disputarão as eleições do dia 28. Três candidatos a Prefeito: Mario Fonseca, Flávio Castrioto e Yeddo Fiuza – 98 candidatos a vereador."*



O Dia das Eleições: 19.641 Eleitores Petropolitanos

Em 30 de setembro de 1947, a primeira matéria após as eleições trata da ida do petropolitano às urnas:

19.641 eleitores petropolitanos

"Transcorreram normalmente os trabalhos do pleito municipal de domingo último. O eleitorado ocorreu às seções respectivas numa atitude calma, sem atropelos. Em algumas seções, a maioria votou logo que se iniciaram os trabalhos, sendo que, na maior parte delas, os eleitores preferiram comparecer depois do meio dia. O serviço esteve irrepreensível, merecendo registro esse fato, sobretudo honroso para a nossa população. Compareceram às urnas, para cumprir o seu dever, 19.641 eleitores de um total de 27.010. Abstiveram-se, portanto, de votar, 7.369 pessoas."

27.010

Total de eleitores

19.641

Compareceram às urnas

7.369

Abstiveram-se de votar

92

Urnas apuradas

A matéria também traz o interesse dos petropolitanos na apuração: *"As salas do Fórum estiveram ontem superlotadas de pessoas que acompanhavam com grande interesse o desenrolar dos trabalhos de apuração."*





Encerrada a Apuração: Os Eleitos para 1947–1951

Finalmente, em **03 de outubro**, o encerramento da apuração e lista dos mais votados:

"Após exaustivos trabalhos, que se prolongaram até às 21h15 de ontem, os membros da Junta Apuradora conseguiram levar a termo, com grande êxito, a tarefa que lhes foi imposta, batendo garbadamente o 'record' da rapidez na apuração de eleições em nosso município. No primeiro dia dos trabalhos, segunda-feira última, foram apuradas 20 urnas; na terça-feira, 28; na quarta-feira, 26 e, ontem, 18, perfazendo, assim, o total de 92 urnas, correspondentes a igual número de colégios eleitorais de que se compõem o município de Petrópolis. Os serviços duraram 35 horas e 15 minutos, tempo excepcionalmente curto, considerando-se o grande número de nomes a selecionar e o relativamente pouco numeroso corpo de funcionários encarregados de tão espinhosa missão."

Afim de tomarem parte no , Luis, 40. Instituto de



Vereadores Eleitos para a Legislatura 1947–1951

Coligação Democrática

- Adolfo Barbosa Neto de Oliveira
- Alfredo Benvenuti
- Arnaldo Teixeira de Azevedo
- Carlos Julio Plum
- Hélio Mendonça Bittencourt
- José Alonso Campos
- Eugênio Ruotulo Netto
- Nazareth Braga Peixoto
- Nelson de Sá Earp
- Jarbas Braga
- Valentim Portas Valente

Coligação Petropolitana

- Jayme Justo da Silva
- José de Oliveira Costa
- Agostinho Cabral de Mello
- José João Meirelles Guerra

Outros partidos

- Hilário Santos Pimentel (*PSB*)
- Manoel José Monteiro de Almeida (*PTN*)
- Paulo Cordovil Maurity (*Partido Repres. Popular*)
- Carlos Santos Portugal (*Partido Libertador*)

Suplentes

- Paulo Silva
- Alberto Becker

Aos poucos, a Câmara voltou a fazer parte da rotina de Petrópolis e ser notícia nos jornais da cidade. Foram noticiados os eventos de diplomação, de posse e também a sessão de instalação da Casa Legislativa. A partir do dia **23 de outubro de 1947**, o dia-a-dia da Câmara, como discussão de projetos e problemas da cidade, passa a ser retratado nos periódicos.



Os Presidentes da Câmara na República Populista (1946–1964)

Durante o período conhecido como **República Populista ou Quarta República (1946–1964)**, a Câmara Municipal de Petrópolis teve treze presidentes:

01	02	03
Nelson de Sá Earp	Paulo Cordovil Maurity	Jaime Justo da Silva
04	05	06
Orlindo Ditadi	Hélio Mendonça Bittencourt	Arnaldo Teixeira de Azevedo
07	08	09
José de Oliveira Costa	José Kloh Filho	Carlos Julio Plum
10	11	12
Wagner Ennis Rodrigues	Paulo Hervé	Miguel Pachá
13		
Antônio Martins de Souza		



Vereadores da Legislatura 1951–1955

Agostinho Cabral
de Mello

Antônio Carlos
Noronha Portella

Antônio Martins
de Souza

Arnaldo Teixeira
de Azevedo

Eugênio
Barcellos

Eugênio Dias
Xavier

Gualter Coelho
dos Santos

Hélio Mendonça
Bittencourt

Idevasto Faraco

João Francisco

José da Sorte
Canedo

José de Oliveira
Costa

José Klôh Filho

Manoel José
Monteiro de
Almeida

Nazareth Braga
Peixoto

Orlindo Ditadi

Oswaldo da Costa Frias

Pedro Lopes Neves

Saul Soares de Avellar



Vereadores da Legislatura 1955–1959

Antonio Martins
de Souza

Arnaldo Teixeira
de Azevedo

Carlos Júlio Plum

Carlos Santos
Portugal

Domingos Bastos
Filho

Hélio Mendonça
Bittencourt

Jair de Araújo

João Francisco

José da Sorte
Canedo

José de Oliveira
Costa

José Fernandes
da Silva

José Klôh Filho

José Maria
Barboza

Luiz Muniz
Furtado da Rosa

Nazareth Braga
Peixoto

Orlindo Ditadi

Oswaldo da Costa Frias

Roberto Rezende
Papoula

Wagner Ennis Rodrigues



Vereadores da Legislatura 1959–1963

Agostinho Cabral
de Mello

Carlos Santos
Portugal

Flávio Bessa

Galdino Carlos
Pereira

João Francisco

José Cardoso de
Lemos

José da Sorte
Canedo

José de Oliveira
Costa

José Fernandes
da Silva

José Manoel Dias

Jorge Rolando da
Silva

Luiz Muniz
Furtado da Rosa

Manoel Antonio
Brand

Miguel Pachá

Paulo Hervê

Rubens de Castro
Bomtempo

Wagner Ennis Rodrigues

José Duarte Canellas
Suplente

Edison Chaves
Suplente



☐ Para facilitar a compreensão, todos os trechos de jornais já foram transcritos em português contemporâneo.

Capítulo 5: A Câmara no Regime Militar (1964–1985)

Este capítulo narra a história da Câmara Municipal de Petrópolis durante o Regime Militar (1964–1985). Da última eleição da República Populista às cassações de mandatos, do bipartidarismo imposto ao retorno do pluripartidarismo, acompanhe como a política local foi profundamente marcada pelas transformações nacionais.

A Última Eleição antes do Regime Militar

Em **07 de outubro de 1962**, foi realizada a última eleição municipal da República Populista (1946–1964). Para ocupar o cargo de Prefeito, foi eleito o representante do PTN, **Flávio Castrioto**, com **11.586 votos**. Nessa eleição, a votação para vice-prefeito era feita de forma separada, saindo vencedor **Rubens de Castro Bomtempo**.

Apesar de ter eleito prefeito e vice-prefeito, o PTN elegeu apenas dois vereadores: **Nicanor Baptista de Mello** e **João Ferreira de Castro**.

Já o PSD fez os vereadores mais votados nesse pleito: **Theophilo de Oliveira Faraco**, **José de Oliveira Costa**, **Antônio Martins de Souza** e **João Ésio Caldara**.

Os Vereadores da Legislatura 1963–1967

Conheça os outros vereadores da legislatura 1963–1967:

UDN

- Galdino Carlos Pereira
- João Werneck de Carvalho
- Milton Ribeiro Lago

PTB

- Roberto Francisco
- Augusto Patuleia
- Eugênio Prata

PSP

- Nelson Vieira da Costa
- Decio Pessurno Nicolay
- Altino Barbosa de Souza

PDC

- Paulo Machado da Costa e Silva
- Vicente Siqueira Barreto

PRP

- Claudionor Pereira da Silva

PSB

- José Araújo Aranha

A posse dos eleitos foi realizada em **31 de janeiro de 1963**. A presidência dessa legislatura ficou por conta de **Antônio Martins de Souza** (1964) e **Paulo Machado da Costa e Silva** (1965–1966). Foi nessa legislatura em que foi introduzida a **remuneração para o exercício da vereança**.

O Golpe de 1964 e os Atos Institucionais

No dia **31 de março de 1964**, a ditadura militar foi implantada no Brasil, o que resultou em várias mudanças na Constituição Federal de 1946 por meio dos **Atos Institucionais – AI**.

Em **9 de abril de 1964**, o **AI 1** suspendeu o processo sucessório da Presidência da República pelo voto popular e estabeleceu que o autodenominado **Comando Supremo da Revolução** podia **cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais**, excluía a apreciação judicial desses atos. O Comando era composto por:

- Brigadeiro **Francisco de Assis Correia de Melo** (Aeronáutica)
- Vice-almirante **Augusto Rademaker** (Marinha)
- General **Artur da Costa e Silva** (Exército)

O prefeito Castrioto teve seu mandato cassado em **04 de julho de 1966**. Pouco tempo depois, o vice-prefeito Bomtempo também foi cassado. Petrópolis passa a ser governada, então, pelo interventor **Fernando Sérgio Ayres da Motta**.



Imagem 1. Comando Supremo da Revolução ([Fonte da Imagem](#)).

José Araújo Aranha: O Vereador Cassado pela Ditadura

José Araújo Aranha foi eleito vereador pelo PSB nas eleições realizadas em 1962. Tomou posse no final de janeiro de 1963. Aranha era **presidente da Frente de Mobilização Popular, seção Petrópolis**, o que lhe conferia um papel de liderança entre os trabalhadores da cidade, em especial, da indústria têxtil.

Uma das prioridades do regime militar era desarticular os movimentos sindicais, vistos como focos de resistência e potenciais catalisadores de agitação social, tornando Aranha um alvo das autoridades militares e de seus colaboradores locais.

Imagem 2. O vereador José Aranha na capa do jornal



A Prisão e o Início do Processo de Cassação

O processo de cassação do mandato de José Aranha teve início em **05 de abril**, quando o vereador é preso e encaminhado para o **DOPS de Niterói**. Aranha, inclusive, passou pela prisão que foi instalada no **Estádio Caio Martins**.

Em **15 de abril**, o *Diário de Petrópolis* noticia a respeito da sessão legislativa extraordinária que teve como objetivo a cassação de Aranha. Um grupo de vereadores era a favor da cassação sumária e imediata, já outro grupo questionava a necessidade de garantir o direito de defesa dos acusados e de haver parecer, conforme exigia o Regimento da Câmara.

A sessão, no entanto, foi encerrada às **23h25** com pedido de vista do projeto de resolução por cinco dias, sem atingir o objetivo final que era a cassação do mandato.

No dia **17 de abril**, a Câmara recebe uma comunicação oficial de que Aranha estava, de fato, preso. No ofício, o delegado **Oriovaldo de Almeida Serra** informava que o vereador estava "*preso nessa cidade [Niterói] em virtude de determinação expressa do Tenente Coronel Hugo de Sá Campelo Filho, Secretário de Segurança Pública deste Estado, a cuja disposição se encontra*".

Em **18 de abril**, o *Jornal de Petrópolis* divulgou a denúncia do delegado Serra, acusando o vereador de atividades "*subversivas*".

A Carta de Althair Aranha ao Presidente da Câmara

No dia seguinte à denúncia, a esposa de Aranha, **Althair**, envia uma carta ao presidente da Câmara. Veja a seguir a carta, que foi publicada na íntegra no **Relatório da Comissão da Verdade de Petrópolis**:

Câmara dos Vereadores de Petrópolis

Protocolo da Secretaria

Recebido em 20/4/64 — Nº 0210

Ilmo Sr. Antonio Martins de Souza

Muito estranhei nota publicada no JORNAL DE PETRÓPOLIS, datada de 18 de abril de 1964, e que foi endereçada também a Vossa Excelência.

O Sr. delegado de Petrópolis, Sr. ORIOVALDO DE ALMEIDA SERRA, fez uma acusação a um nobre membro desta casa, apoiado apenas em um papel convite, que em seu teor nada tem de subversivo, feito por uma entidade de classe, que não é a mesma do referido edil, não lhe cabendo por este motivo nenhuma responsabilidade; tentando o Sr. Delegado com esta acusação, atirar lama ao nome do Honrado Vereador JOSÉ DE ARAÚJO ARANHA. Fazendo uma declaração dessa natureza, afirmando aquilo que nem as Forças Armadas de nossa terra podem fazê-lo presentemente.

Encontrando-se o nobre vereador detido, até o momento não prestou qualquer declaração ficando assim as Autoridades Competentes sem dar o seu veredicto, se inocente, que é provável, se culpado. Pergunto a Vossa Excelência, como pôde fazer esta afirmativa? Baseado em que? Em conversa de rua ou de porta de botequim? Parece-me que neste caso 'o carro andou na frente dos bois'.

Qual o interesse em desacreditar um membro desta casa, que sempre pautou com honestidade seu trabalho na luta das liberdades e da justiça.

O que está por trás disto tudo?

O povo não se deixa iludir por conversa fiada, quer provas reais e isto que anda pregado em tabuletas contra o vereador JOSÉ DE ARAÚJO ARANHA é uma palhaçada.

Esperemos, pois a palavra autorizada das Forças Armadas, para depois julgarmos. Deixemos as vinganças torpes para depois.

A Cassação: Sessões, Tumulto e Votação Unânime

Em **24 de abril**, a Câmara realiza nova sessão extraordinária, aberta ao público, que é noticiada nos jornais, no dia seguinte: "*Câmara não contou com elementos para cassação de mandato*". A sessão foi considerada tumultuada, havendo a menção da carta de Althair, que criticava a maneira pela qual o processo de cassação estava sendo conduzido.



Imagem 2. Diário de Petrópolis de 25 de abril de 1964

No dia **01 de maio**, Aranha retorna para Petrópolis. A ata da sessão da Câmara Municipal de **03 de maio**, quando foi votada a cassação do vereador, revela que na fala do vereador Augusto Patulêa ele insiste que as informações oriundas das autoridades policiais eram apenas verbais e de forte pressão sobre a Câmara.

No entanto, a votação do **projeto nº 220/64**, que propunha a cassação do mandato de José de Araújo Aranha e de seus suplentes, foi realizada de maneira nominal e registrou um resultado **unânime de "sim"** pela cassação.

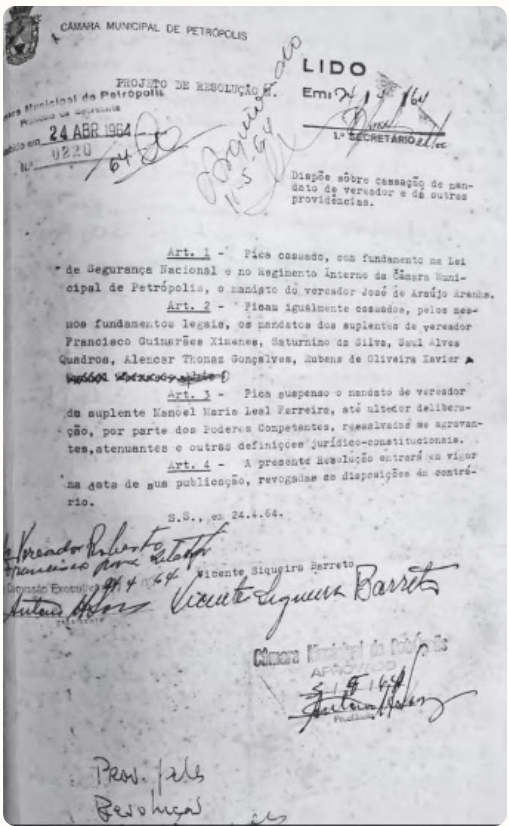


Imagem 3. Resolução de cassação do mandato de José Aranha

A Extensão da Cassação: Suplentes e Fundamentos Legais

A cassação não se restringiu ao vereador titular. Os mandatos de seus suplentes também foram revogados:

Alencar Thomaz
Gonçalves

Saturnino da Silva

Francisco Guimarães
Ximenes

Saul Alves Quadros

Rubens de Oliveira Xavier

O mandato do suplente **Manoel Maria Leal Ferreira** foi suspenso "*até ulterior deliberação por parte dos Poderes Competentes*". Para assumir a vaga de suplente, o vereador **Waldemiro Santos** foi convocado.

O projeto aprovado se baseou na **Lei de Segurança Nacional** e no **Regimento da Câmara Municipal**, uma estratégia do regime militar de utilizar a legislação existente para legitimar a perseguição e a punição de opositores.

- 📄 Em **2015**, a Câmara Municipal promoveu uma devolução simbólica dos mandatos do vereador e suplentes cassados em 1964. A **Resolução 72/16** reconhece que a cassação foi um ato antidemocrático e repudiado por nossa Casa de Leis. Ainda que tardio, esse passo representou um importante passo para a memória, a verdade e a justiça de Petrópolis.

A Legislatura 1967–1970: O Bipartidarismo em Petrópolis

Em 1966, o **AI 4** reduziu o número de partidos políticos a apenas dois:

ARENA

Aliança Renovadora Nacional — força política civil de apoio ao regime militar.

MDB

Movimento Democrático Brasileiro — partido que reuniu a oposição ao regime.

A organização bipartidária se estendeu para as esferas estaduais e municipais, causando um rearranjo de toda a organização política vigente. Esse sistema vigorou até **1979**.

Durante o regime militar, um mesmo partido podia ter até três candidatos para o cargo de prefeito, organizados num dispositivo chamado "**sublegendas**". Na apuração, somavam-se todos os votos das sublegendas para conhecer o partido que teve a maior votação. Decretado o partido com mais votos, o vencedor da eleição era o candidato mais votado da legenda.

Monteiro explica que *"na eleição de 1966, o MDB elegeu o prefeito de Petrópolis porque a soma dos votos obtidos por seus dois candidatos suplantou a dos votos colhidos nas urnas pelos dois concorrentes da ARENA. Nesse caso foi proclamado prefeito eleito o candidato que obteve maior votação entre os dois postulantes emedebistas os quais, na verdade, disputaram entre a prefeitura"*.

Paulo Gratacós, candidato mais votado do MDB, foi eleito com **66% dos votos totais**. Gratacós tomou posse em 31/01/1967 e exerceu o poder somente até **20 de outubro de 1969**, quando o regime militar cassou seu mandato e tirou seus direitos políticos por dez anos. O vice, **Paulo Rattes**, assumiu o mandato e governou até janeiro de 1971.

Vereadores da Legislatura 1967–1970

O MDB também ganhou a maioria das cadeiras da Câmara. Das **19 vagas**, elegeu **10 vereadores**:

MDB — 10 Vereadores

1. Galdino Carlos Pereira
2. Vicente Siqueira Barreto
3. João Varanda Filho
4. Ronaldo Grazzinolli
5. Oswaldo de Freitas Magalhães
6. Lecídio Nogueira
7. Salvador Kling
8. José Duarte Canellas
9. Antonio Alves Moreira
10. Alfredo Seyão

ARENA — 9 Vereadores

1. Luis Carlos Soares
2. José Geraldo Imbeloni Braga
3. Milton de Souza Rossi
4. Jayme Justo da Silva
5. Oswaldo Costa Frias Filho
6. José Farah
7. Waldir Silva
8. Lúcio Vasconcelos de Oliveira
9. Theophilo de Oliveira Faraco

Nessa legislatura, foram presidentes da Câmara: **Galdino Carlos Pereira** (1968) e **Antônio Alves Moreira** (1969–1970).

O Mandato Tampão (1971–1972)

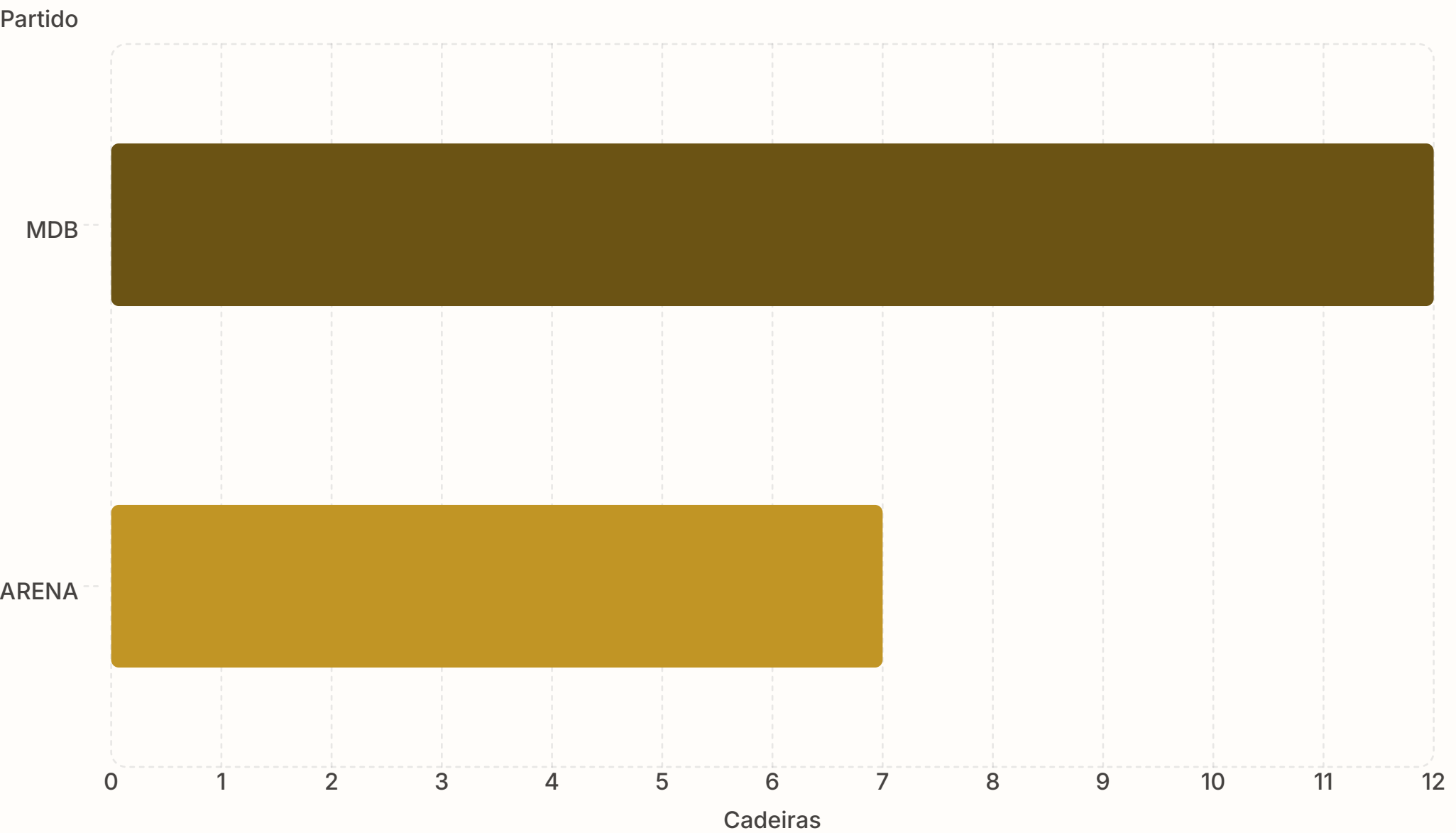
Nas eleições de 1970, para o mandato tampão 1971–1972, o bipartidarismo ainda estava em vigor no Brasil. Nas eleições para prefeito, o ex-vereador **João Ésio Caldara**, filiado ao MDB, sagrou-se vencedor com **20.029 votos**.

Das **19 cadeiras legislativas**, o MDB elegeu **12 vereadores**: Antonio Martins de Souza, Salvador Kling, Alfredo Seyão, Oswaldo de Freitas Magalhães, Pedro de Jesus Costa, Mildo Pereira de Souza, Delso Francisco da Silva, Mario da Rocha Branco, Alceu Alves Correa de Oliveira, Osmany Rodrigues de Lima, Waldir Silva e José Geraldo Imbeloni Braga.

📌 Waldir e Imbeloni foram da ARENA para o MDB.

Já as **sete cadeiras da ARENA** foram ocupadas por: José Farah, Lucio Vasconcelos de Oliveira, Agnaldo Augusto de Mello, Nilson Antonio Sattler, Rubens Faraco de Oliveira, Paulo de Souza Ribeiro e Alexandre Herculano Costa.

O presidente do mandato 1971–1972 foi **Waldir Silva**.



A Legislatura 1973–1977

Nas eleições para prefeito de 1972, mais uma vez o cenário se repete em Petrópolis: dois candidatos de sublegendas do MDB, que juntos receberam **71% dos votos**, é que de fato disputaram as eleições. O vencedor foi **Paulo José Alves Rattes**, tendo como vice-prefeito o ex-vereador **Waldir Silva**.

MDB — 11 Vereadores

- Carlos Sodré Portela
- Oswaldo Freitas Magalhães
- Pedro de Jesus Costa
- Osmany Rodrigues Lima
- Mildo Pereira de Souza
- Delso Francisco da Silva
- Mounir Elias Dumas
- Anésio Gonçalves Lopes
- Nilson Platt Filho
- Edgar Francisco Marcolino
- Lester Carneiro Braga

ARENA — 8 Vereadores

- Lucio Vasconcellos de Oliveira
- José Farah
- Jayme Justo da Silva
- Aguinaldo Augusto de Mello
- José Luiz Braga
- Oswaldo Salermo
- Adilson Faraco Brugger de Oliveira
- Carlos Alberto Vieira Mendes

Essa legislatura tomou posse em **01º de fevereiro de 1973** e permaneceu até **31 de janeiro de 1977**. Ocuparam a presidência da Câmara Municipal os vereadores **Osmany Rodrigues de Lima** e **Lester Carneiro Braga**.

A Legislatura 1977–1983: A Primeira Vitória da ARENA em Petrópolis

A eleição de 1976 para prefeito foi a **primeira em que a ARENA saiu vitoriosa em Petrópolis**. Apesar de o candidato do MDB ter a maior votação nominal, os votos das sublegendas do MDB não foram suficientes para suplantar o somatório das três candidaturas da ARENA. Venceu, portanto, o médico **Jamil Miguel Sabrá**, tendo como vice-prefeito **Bianor Martins Esteves**.

O mandato iniciou em **01º de fevereiro de 1977**. Os eleitos deste pleito foram beneficiados pela **Emenda Constitucional 04/80**, de 9 de setembro de 1980, que estendeu o mandato dos prefeitos (exceto os nomeados), vice-prefeitos, vereadores e suplentes até 1983, para que em todo o País as eleições do município fossem realizadas simultaneamente às eleições gerais para deputados, indo até **31 de janeiro de 1983**.

Vereadores da Legislatura 1977–1983

MDB — 12 Vereadores

- Nilson Platt Filho
- José Geraldo Imbeloni Braga
- Mildo Pereira de Souza
- Salvador Kling
- Delso Francisco da Silva
- Carlos Alberto da Silva Lopes (Calau)
- Fernando Roland Cammarota
- Manoel de Oliveira Pinho
- José Francisco Oliveira
- Edgard Francisco Marcolino
- Nelson Vieira da Costa (Machadinho)
- Mounir Elias Dumas

ARENA — 7 Vereadores

- Carlos Alberto Vieira Mendes (Mundial)
- José Carlos Pércia dos Santos
- Wilson Norberto de Albuquerque
- Paulo Pires de Oliveira
- Oscar Luiz Paiva dos Santos
- Oswaldo Salermo
- Luiz Gonzaga Scalli de Castro

Os presidentes dessa legislatura foram: **Delso Francisco da Silva** (1977–1978), **Carlos Alberto da Silva Lopes** (1979–1980) e **Nilson Platt Filho** (1981–1983).

A Crise Política com Jamil Sabrá

De acordo com Ruy Monteiro, *"enfrentando crise política com a Câmara Municipal, Jamil Sabrá foi afastado do poder em **12 de março de 80**, por resolução aprovada pela maioria dos vereadores. Em seu lugar, assumiu o vice **Bianor Esteves** (que se elegeria, em 1988, primeiro prefeito de São José do Vale do Rio Preto). Contudo, amparado em decisão judicial, Sabrá reassumiu as funções de prefeito no dia **1º de julho de 81**, governando Petrópolis até **31 de janeiro de 83**".*

A década de 80 trouxe grandes mudanças no cenário político brasileiro. Teve início o **processo de anistia**, as eleições para os governos dos estados voltaram a ser diretas e foi restabelecido o **pluripartidarismo**, apesar de ainda contar com o dispositivo de sublegendas.

A Legislatura 1983–1988: O Retorno do Pluripartidarismo

Nas eleições para prefeito em 1982, participaram **10 candidatos de cinco partidos diferentes**. Sagrou-se vencedor **Paulo José Alves Rattes**, com menos de 20% dos votos totais, graças à pulverização dos votos nos candidatos.

Já na Câmara Municipal, o pluripartidarismo se mostrou com **quatro partidos representados**:

PMDB — 9 Vereadores

- Nelcyr Antonio da Costa
- Argemiro André Ribeiro
- Carlos Moreira Filho
- Adilson Faraco Brugger de Oliveira
- Edward Barreto Antunes
- Wilson de Souza Falck
- José Geraldo Imbeloni Braga
- Nelson Vieira da Costa
- Wilson Norberto de Alburquerque

PDS — 6 Vereadores

- Marcio Arruda de Oliveira
- Wanderley Braga Taboada
- Antonio Elias da Cruz Gonçalves
- Walcyr Dias Canedo
- Manoel José do Carmo
- Roberto Wallace Guerra Peixe

PTB — 3 Vereadores

- José Viveiros de Faria
- Alfredo Filógenio Gomes
- Paulo Pires de Oliveira

PDT — 1 Vereador

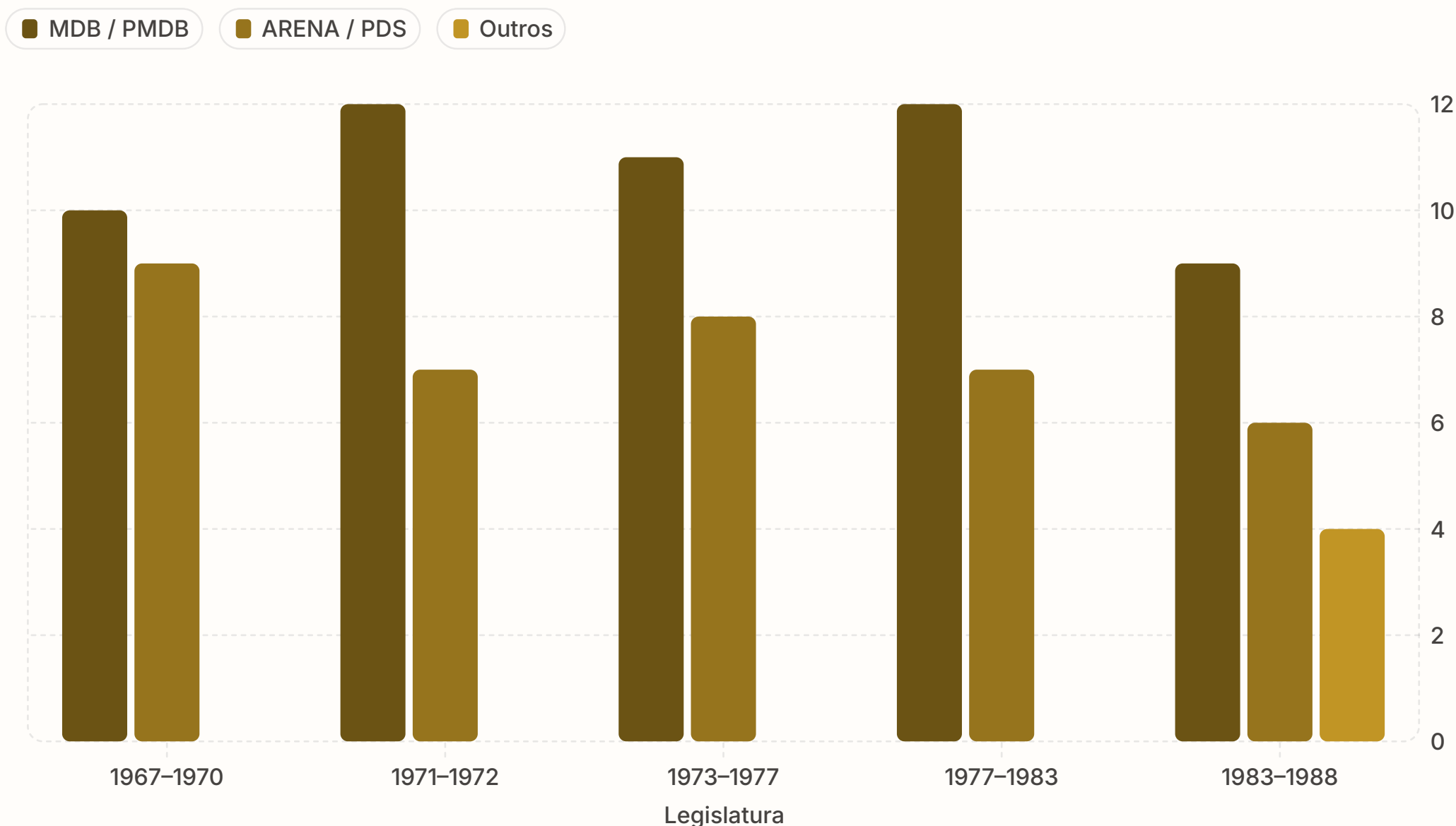
- Ademir Dias Mello

Presidentes da Câmara na Legislatura 1983–1988



A **Emenda Constitucional 22, de 1982**, convocou eleições diretas para prefeito, vice-prefeito e vereadores. Como as anteriores, deveriam ser realizadas ao mesmo tempo em todo o País, deixando esse mandato com a duração de **seis anos**, ou seja, com início em **01º de fevereiro de 1983** e final em **31 de dezembro de 1988**, já na nova democracia brasileira.

Distribuição de Cadeiras na Câmara ao Longo do Regime Militar



O gráfico acima ilustra a distribuição de cadeiras na Câmara Municipal de Petrópolis ao longo das legislaturas do Regime Militar. O MDB manteve maioria consistente durante o bipartidarismo, enquanto a ARENA venceu apenas uma eleição para prefeito (1976). Com o retorno do pluripartidarismo em 1982, outros partidos como PTB e PDT passaram a ter representação na Casa.

Capítulo 6: A Câmara na Nova República até 1996

A volta da democracia é fruto de um longo processo político, que teve como destaque as campanhas populares das Diretas-já, a eleição e o falecimento de Tancredo Neves e a convocação da Assembleia Constituinte, que resultou na promulgação de uma nova constituição em 1988, considerada a constituição cidadã com voto universal em eleições livres, diretas, secretas para todos os cidadãos acima de 18 anos. Para brasileiros entre 16 a 18 anos e analfabetos funcionais o voto é facultativo.

A Legislatura 1989–1992

Na eleição de 1989, o pluripartidarismo foi ampliado e 19 partidos participaram do pleito em Petrópolis, por meio de diversas alianças e coligações, tornando as eleições cada vez mais acirradas, numa época em que a Câmara Municipal contava com 21 vagas.

Os integrantes desta legislatura foram:

PMDB

- Fernando Leite Fortes
- Nelcyr Antonio da Costa
- Wanderley Braga Taboada
- Argemiro André Ribeiro
- Milton de Souza Rossi

PFL

- José Carlos Blanc
- Hélio Martins Fiuza
- Antonio Elias da Cruz Gonçalves
- Marcio Arruda de Oliveira

PSB

- Carmen Felicetti
- Antonio Neves Retondaro
- Fernando Coelho
- João Luiz Borges de Freitas

PDT / PSC / PTR / PL

- Eli Gonçalves de Oliveira (PDT)
- Alcindo de Carvalho Bastos (PDT)
- Paulo Pires de Oliveira (PDT)
- Phillipe Guedon (PSC)
- Jorge Luiz Barenco da Silva (PTR)
- Walcyr Dias Canedo (PTR)
- Marco Antonio Moreirão (PL)
- Luiz Fernando Rocha (PL)

Em 1989–1990, o presidente da Câmara foi **Fernando Coelho**. Já no biênio 91–92, a presidência ficou com **Wanderley Taboada**.

Carmen Felicetti: A Primeira Vereadora de Petrópolis

Pela primeira vez, uma mulher foi eleita para ocupar uma das cadeiras do Palácio Amarelo.

Origem e Formação

Filha de Carlos e Dora, Carmem é natural de Viçosa (MG) e se mudou para Petrópolis aos 12 anos. Escreveu sua primeira poesia aos 9 anos e ali percebeu que tinha facilidade com as letras e artes. Aluna aplicada, estudou no Colégio Estadual Washington Luiz, que posteriormente virou o Centro de Ensino Integrado de Petrópolis (CENIP).

Carreira no Magistério

Carmen é formada em Letras Anglo-Germânicas, porém lecionou língua portuguesa por toda sua vida profissional. Passou por diversas escolas, como CENIP, Liceu Cordolino Ambrósio, Instituto Carlos A. Werneck e Colégio Santa Isabel. Segundo Carmen, *"não teria sido feliz em outro ofício. Acredito que nada pode ser mais gratificante do que ser professor. Inclusive, eu devo meu espírito jovem justamente à convivência com meus alunos"*.

Carmen Felicetti: Trajetória Política

Durante a faculdade, Carmen frequentou congressos e participou de diretórios estudantis, sempre interessada em política, chegando a ser filiada ao MDB por um período. Continuou a atuação política durante o magistério, sempre reforçando a necessidade de criação de um órgão de representação da categoria. Por possuir trânsito entre os professores e ser considerada uma liderança na classe, foi uma das criadoras e a primeira presidente da **Associação Petropolitana dos Professores Municipais**.

Em julho de 1988, Carmen se aposentou como professora, dias antes do prazo final para filiação de candidatos para a eleição que se aproximava. Apesar de nunca ter tido um cargo político, sempre teve interesse na política, o que a fez se filiar ao PSB e concorrer às eleições.

"Tudo novo, não só para mim, mas até para a cidade. Era a quebra de um padrão de quase 150 anos. Nunca nenhuma mulher havia sido eleita para cargo nenhum dentro da cidade. Eu tinha consciência da responsabilidade, do peso e isso me preocupava. Mas eu fui muito bem recebida. Não me senti perseguida. Tivemos embates tremendos, mas tudo no nível da ideologia, porque eu era líder do governo. O que me preocupava era a falta de experiência. Era uma bancada forte, inteligente e competente para fazer oposição."

Carmen Felicetti: O Mandato e os Anos Seguintes

Quando se tornou vereadora, resolveu estudar Direito na Universidade Católica de Petrópolis. *"Pensei: Como vou fazer uma lei? Preciso conhecer melhor esse universo"*. Carmen se formou no ano seguinte ao término do mandato, quando era Secretária de Educação do município.

01

Candidatura à Vice-Prefeita

Na reta final do mandato, Carmen estava cotada para ser candidata à vice-prefeita na chapa de Luvercy Fiorini. No entanto, após análises, foi constatado que Fiorini e Sérgio Fadel compartilhavam a mesma faixa de eleitorado e havia um risco real de ambos perderem a eleição para um terceiro candidato.

03

Candidatura Legislativa

Após o fim da chapa que ela fazia parte, o partido pediu para que ela se candidatasse para o pleito legislativo, cumprindo assim a cota de candidaturas femininas do partido. Ela aceitou, mesmo sem expectativa de que pudesse ser reeleita. De fato, Carmen não se reelegeu.

02

Recomposição das Chapas

"Para que isso não acontecesse, nós combinamos as forças. Nós, quatro, juntos resolvemos que a chapa final seria Sérgio Fadel, com o Luvercy como vice."

04

Secretaria de Educação e Governo

Ocupou por dois anos a Secretaria de Educação Municipal no governo de Sérgio Fadel. Com o falecimento de Luvercy, foi convidada para assumir a Secretaria Extraordinária de Governo, onde ficou por três meses.

Carmen Felicetti: Saída do Governo e Legado

"No terceiro ano do governo, começou-se a ventilar a ideia de que Paulo Gratacós poderia se candidatar novamente ao cargo de prefeito. O que me foi confirmado por ele. Por esse motivo, procurei Sérgio Fadel para pedir o afastamento do governo. Ele me disse que ainda faltava muito tempo para acabar o governo e que eu poderia ficar mais um pouco, mas argumentei que não achava justo exercer um cargo no primeiro escalão, para na 'hora do pênalti', eu sair para apoiar e fazer campanha para outra pessoa. Nesse momento, Sérgio sai detrás da mesa, dá a volta, e com lágrimas nos olhos me abraça dizendo que não sabia que era possível que eu subisse ainda mais no conceito dele, pois ele nunca tinha visto alguém entregar um cargo por lealdade."

No entanto, Gratacós renunciou à candidatura e Carmen se afastou da política, entendendo que sua missão havia sido cumprida. Desde então, publicou livros, foi colunista do jornal *Diário de Petrópolis* e atuou nas Academias Petropolitanas de Letras e de Poesia, das quais faz parte.

📄 Esse texto é baseado no depoimento de Carmen Felicetti dado ao projeto Arquivo dos Vereadores Petropolitanos no dia 10 de junho de 2010.

A Lei Orgânica Municipal (LOM)

Nessa legislatura houve a elaboração da primeira **Lei Orgânica do Município**, esforço coletivo que envolveu todos os vereadores, fruto da exigência legal da recente Constituição Federal de 1988.

Os vereadores reunidos em uma Assembleia Organizacional, que foi instalada em **31 de outubro de 1989**, trabalharam em quatro subcomissões:

1

Organização dos Municípios e seus Poderes

Presidida por **Carmen Felicetti**

2

Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Presidida por **Luiz Fernando Rocha**

3

Ordem Econômica e do Meio Ambiente

Presidida por **Paulo Marambaia**

4

Ordem Social

Presidida por **Helio Fiuza**

Havia ainda a **Comissão de Sistematização**, presidida por Marco Antonio Moreirão, responsável por "juntar" as partes do trabalho em um único documento.

A promulgação foi feita em uma **Sessão Solene em 05 de abril de 1990**.

A Mudança de Endereço do Poder Executivo

Pouco tempo depois, em 1991, mais um acontecimento histórico. Depois de **75 anos** com os Poderes Executivo e Legislativo compartilhando o Palácio Amarelo, a Prefeitura se muda para a **Casa do Barão de Mauá**.

Como já vimos anteriormente, até 1916, a Câmara Municipal era responsável pela administração de Petrópolis. As funções executivas ficavam a cargo do presidente da Câmara. Como nos explica Arthur Leonardo de Sá Earp, em seu artigo *Palácio Sérgio Fadel*, disponível no site do Instituto Histórico de Petrópolis:

Desde a criação republicana do cargo, a ele conferidas as funções executivas que antes competiam ao presidente da Câmara juntamente com as legislativas, o prefeito de Petrópolis foi um sem teto. Esteve de favor no prédio da Câmara Municipal, desde Oswaldo Cruz até Paulo Gratacós. Este, almejando mais alto, mas não tendo podido chegar a tanto, transferiu condignamente a sede do executivo para o Palácio Mauá, alugado para isto. Foi uma cerimônia tocante, assistida com forte emoção, cheia de significado muito bem ressaltado pelo Prefeito. O poder por ele representado principiou a externar no espaço físico do território serrano a independência prevista em lei. Mas os alcaides petropolitanos ainda continuavam em casa alheia. Foi Sérgio Fadel quem consolidou a posição correta do executivo, instalando-o com a devida dignidade, em imóvel cuja aquisição negociou, concluiu e quitou.

O Convite da Solenidade de 1991

O convite da solenidade dizia:

Há setenta e cinco anos, o primeiro prefeito de Petrópolis, Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, subia a escadaria do Palácio Amarelo para assumir a Prefeitura.

De lá até nossos dias, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores dividiram o Paço Municipal, cujos espaços se foram mostrando insuficientes, pela natural ampliação e evolução dos serviços.

Hoje, o Prefeito Dr. Paulo Monteiro Gratacós, deixa o prédio e instala a Prefeitura no Palacete Mauá, corporificando um sonho petropolitano de quase um século.

O sítio histórico, que data de 1852, restaurado pela atual Administração Municipal, resgata os dias de esplendor de uma fase áurea da História Petropolitana.

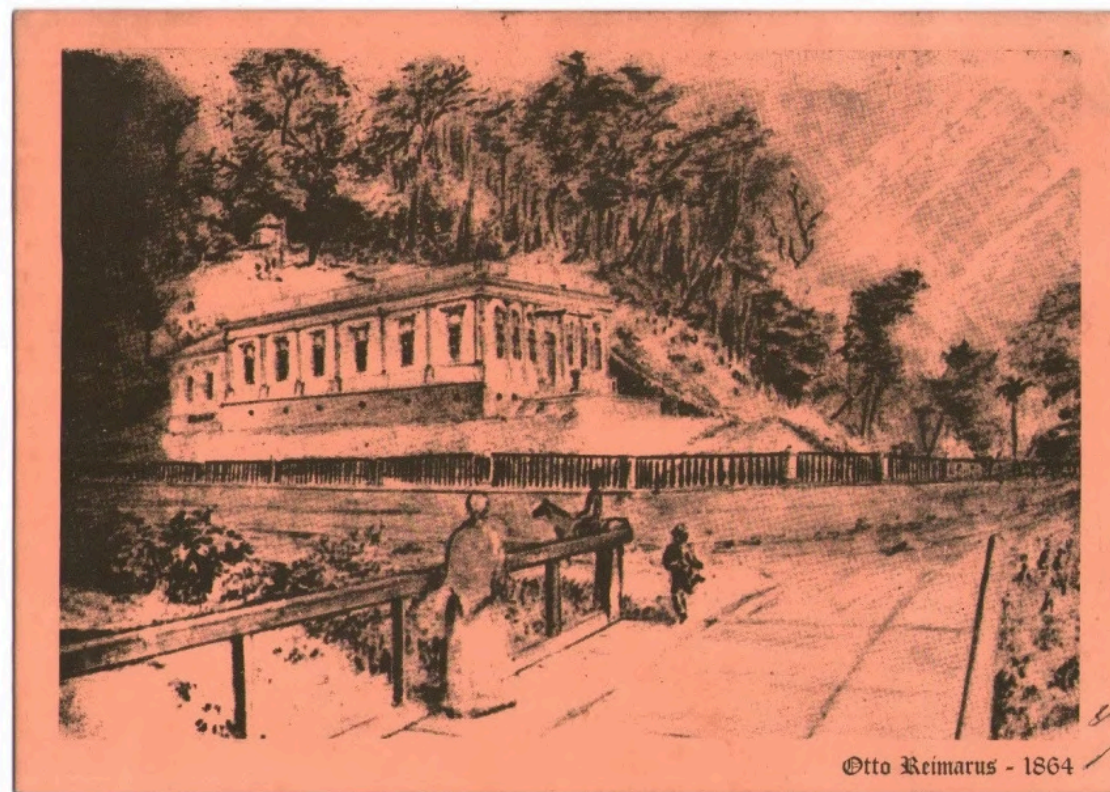


Imagem 1. Frente do Convite da Solenidade de Transferência de Sede da Prefeitura ([Fonte da Imagem](#)).

- ❏ A cerimônia de devolução das chaves do Palácio Amarelo contou com a presença do prefeito Paulo Gratacós e do presidente da Câmara, Wanderley Taboada, e foi realizada em 26 de julho de 1991.

A Legislatura 1993–1996

Em 1993, uma nova legislatura tomou posse para o mandato até 1996. Foram **11 partidos** que tiveram participação na Câmara Municipal.

PMDB	Ary Martins da Silveira, Mauro Cesar Pomim, Aloisio Barbosa da Silva, Antonio Elias da Cruz Gonçalves
PDT	Paulo Jorge Severino da Silva (Paulo Marambaia), Jorge Bernardo da Silva e Luiz Fernando Rocha
PSB	Milton de Souza Rocha, Wanderley Braga Taboada, João Luiz Borges de Freitas
PFL	Lucélio Ribeiro da Silva
PTB	Argenário Xavier de Moraes, Wilson Barbi da Silva (Wilsinho)
PTR	Latuf Gibrail Neto, Jorge Luiz Barenco da Silva
PST	Fernando Coelho, Takasi Osako
PSDB	Wilma Borsato Costa
PL	Marcio Arruda de Oliveira
PDC	Ronaldo Carlos de Medeiros Júnior
PT	Renato Freixiela de Oliveira

O presidente do biênio 93–94 foi o vereador **Marcio Arruda**. No biênio seguinte (95–96), a presidência ficou com **Jorge Barenco**.

A Crise Política da Legislatura 1993–1996

Essa legislatura foi marcada pelo relacionamento difícil travado entre os poderes executivo e legislativo. No segundo biênio do mandato, o prefeito **Sérgio Fadel** enfrentaria longa crise política, resultando no seu afastamento da prefeitura em duas ocasiões, em **março** e em **julho de 1995**, por decisão da maioria dos vereadores reunidos na Câmara. Em ambos os casos, o prefeito afastado reassumiu o cargo horas depois por meio de decisão judicial.

1º Afastamento

Março de 1995 — por decisão da maioria dos vereadores. Prefeito reassumiu horas depois por decisão judicial.

2º Afastamento

Julho de 1995 — novamente por decisão da maioria dos vereadores. Prefeito reassumiu horas depois por decisão judicial.

Wilma Borsato: Uma Nova Presença Feminina na Câmara Municipal

Nascida em casa, no bairro de Cascatinha, Wilma Borsato era neta de italianos. Seu pai era operário na Companhia Petropolitana de Tecidos. Uma passagem importante de sua juventude foi o discurso realizado na ocasião de inauguração da Praça de Cascatinha, com a presença do, então, presidente Getúlio Vargas.

Vida Profissional

Wilma sempre foi muito envolvida com os Clubes Bogari e Cascatinha, o que lhe proporcionou a possibilidade de ter muitos amigos e conhecidos. Muito jovem começou a trabalhar na loja Slopper, enquanto fazia o curso de corte e costura. Talentosa, em pouco tempo já era professora para formação de novas costureiras. Também se especializou na confecção de vestidos de noivas.

Carreira no Serviço Público

Tempo depois, começou a trabalhar no antigo IAPFESP, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, órgão previdenciário que foi incorporado posteriormente pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Profissional dedicada, fez carreira bem-sucedida no serviço público, chegando a ocupar o papel de Agente do IAPFESP, o que equivale ao cargo de chefe-geral da agência. Questões políticas federais causaram sua aposentadoria.

Wilma Borsato: A Vereadora de Cascatinha

Em 1992, sentiu que o bairro do coração, Cascatinha, estava abandonado, e resolveu se candidatar a vereadora para fazer a diferença. Para Wilma:

"O que eu faço, gosto de fazer o melhor possível. Por isso, cheguei com segurança e firmeza. No primeiro dia já fiz um discurso sem medo. As funcionárias me ajudavam muito. Eu ia pensando e escrevia. Na sessão, eu falava mesmo."

Wilma Borsato permanece como uma referência para o bairro de Cascatinha e ainda são colhidos frutos de seu trabalho como vereadora, uma defensora incontestada da preservação da história e, também da pioneira na preservação da floresta nas proximidades do bairro (Reserva do Alcobaça), onde se encontram os mananciais de água que abastecem mais de mil famílias até os dias de hoje.

Em 1993, Wilma percebeu que a antiga estação ferroviária estava em condição deplorável. Iniciou uma série de diálogos com a prefeitura e com a rede ferroviária, chegando-se a um acordo: uma nova casa seria construída para a família que morava na antiga estação (descendentes do último agente responsável pelo espaço) e ali se tornaria um lugar com o objetivo de ser um centro de cultura e memória dos italianos e operários do bairro.

O Centro Cultural Wilma Borsato da Costa

Em 2004, a inauguração de um sonho. O **Centro Cultural Wilma Borsato da Costa** foi aberto ao público com um acervo de mais de dois mil itens, reunido ao longo de décadas por Wilma, incluindo:



Uniformes Escolares

Peças que registram a memória da educação no bairro ao longo das décadas.



Fotos e Folhetos

Registros visuais da história dos italianos e operários de Cascatinha.



Itens da Antiga Fábrica

Fichas dos operários da fábrica de tecidos, carimbos e tinteiros.



Maletinha da Parteira

A maletinha da parteira responsável pelo nascimento das crianças do bairro.

❏ No momento (2026) o Centro Cultural está fechado para reforma.

Recandidatou-se, porém, ficou de fora da lista dos eleitos por poucos votos, encerrando assim, a carreira política oficialmente, mas continuou lutando por Cascatinha de maneira independente.

Wilma faleceu em 01 de outubro de 2025.

❏ Esse texto é baseado no depoimento de Wilma Borsato dado ao projeto Arquivo dos Vereadores Petropolitanos no dia 08 de junho de 2010.

Fontes Primárias e Bibliográficas

Brasil. Constituição de 1824. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35041-25-marco-1824-532540-publicacaooriginal-14770-pl.html, acessado em 07/04/25.	Brasil Escola. Golpe Militar de 1964 e o início da ditadura no Brasil. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm, acessado em 11/04/2025. República Populista (Quarta República). Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/república-populista-1945-1964.htm, acessado em 11/04/2025. Era Vargas. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm, acessado em 07/04/2025. História das Eleições no Brasil. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/historia-das-eleicoes-no-brasil.htm, acessado em 02/04/2025. Proclamação da República. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/proclamacaodarepublica.htm, acessado em 31/03/2025.	Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. Relatório. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/verdade/cv/cmv_rj_petropolis_r_2018.pdf, acessado em 12/04/2025.
Costa e Silva, Paulo Machado. A História da Câmara. In: BADE, Aloysio e MENDES, Gustavo Duriez. <i>Conhecendo Petrópolis – Edição Especial – Homenagem da Câmara Municipal de Petrópolis ao Sesquicentenário da Cidade</i>. Petrópolis: Gráfica Serrana, 1993.	Costa e Silva, Paulo Machado. A Realização de um Sonho (A história da Câmara Municipal de Petrópolis começa a ser escrita). Instituto Histórico de Petrópolis, disponível em: https://ihp.org.br/realizacao-de-um-sonho-a-historia-da-camara-municipal-de-petropolis-comeca-a-ser-escrita/, acessado em 05/05/2025.	Costa e Silva, Paulo Machado. Conhecendo nosso passado – História da Câmara Municipal segundo suas atas, disponível em: https://ihp.org.br/conhecendo-nosso-passado-historia-da-camara-municipal-segundo-suas-atas/, acessado em 05/05/2025.
Earp Neto, Arthur de Sá. Os Cem Primeiros Anos da Câmara Municipal. Instituto Histórico de Petrópolis, disponível em: https://ihp.org.br/cem-primeiros-anos-da-camara-municipal-os/, acessado em 02/04/25.	Earp Neto, Arthur de Sá. Câmara Municipal de Petrópolis – testemunho de fatos pouco conhecidos. Instituto Histórico de Petrópolis, disponível em: https://ihp.org.br/camara-municipal-de-petropolis-testemunho-de-fatos-pouco-conhecidos/, acessado em 02/04/25.	Monteiro, Ruy. <i>A República em Petrópolis – Política e Eleições Municipais 1916–1996</i>. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana, 1997.
Petrópolis, Câmara Municipal de. Recuperação da Memória Histórica do Legislativo Petropolitano, disponível em https://www.petropolis.rj.leg.br/institucional/historia/ebook-sobre-a-historia-do-legislativo, acessado em 02/04/25.	Rodas, Sérgio. Constituição de 1824 organizou Estado, mas consolidou desigualdade, disponível em https://www.conjur.com.br/2024-mar-25/aos-200-anos-constituicao-de-1824-organizou-estado-mas-consolidou-desigualdade/, acessado em 02/04/25.	Santos, Paulo César dos. <i>Petrópolis – História de uma Cidade Imperial</i>. Petrópolis: Sermograf Editora, 2001.
Vasconcellos, Francisco de. As Primeiras Batalhas Eleitorais em Petrópolis. Instituto Histórico de Petrópolis, disponível em: https://ihp.org.br/as-primeiras-batalhas-eleitorais-em-petropolis/, acessado em 02/04/25.	Vasconcellos, Francisco de. Monárquica na Aparência, mas Republicana na essência. Instituto Histórico de Petrópolis, disponível em: https://ihp.org.br/monarquica-na-aparencia-mas-republicana-na-essencia/, acessado em 02/04/25.	Westin, Ricardo. Com golpe dado por Getúlio, Brasil ficou nove anos sem Senado. Agência Senado, disponível em https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/09/com-golpe-dado-por-getulio-brasil-ficou-nove-anos-sem-senado, acessado em 20/04/25.

Notícias de Jornal

Deve instalar-se amanhã a Câmara Municipal. <i>Jornal de Petrópolis</i> , Petrópolis, 02 novembro 1937.	A Câmara Municipal: Os seus trabalhos na sessão de Novembro. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , Petrópolis, 04 novembro 1937.
Moção de Apoio ao chefe da Nação. <i>Jornal de Petrópolis</i> , Petrópolis, 04 novembro 1937.	Transformação Inevitável. <i>Jornal de Petrópolis</i> , Petrópolis, 11 novembro 1937.
Os factos de ontem. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , Petrópolis, 11 novembro 1937.	Ainda a proposta de orçamento para 1938. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , 13 novembro 1937.
Os funcionários das antigas Camaras Municipaes. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , Petrópolis, 29 dezembro 1937.	Antecipando a corrida às urnas. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , Petrópolis, 30 junho 1946.
Petrópolis terá 19 vereadores. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , Petrópolis, 03 maio 1947.	Oito partidos disputarão as eleições do dia 28. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , Petrópolis, 09 maio 1947.
19.641 eleitores petropolitanos. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , Petrópolis, 30 setembro 1947.	Encerrada a apuração do pleito em nosso município. <i>Tribuna de Petrópolis</i> , Petrópolis, 03 outubro 1947.

Esse documento é resultado de pesquisas realizadas pela Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal de Petrópolis durante o ano de 2025.